Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de abril de 2016

Ata N.º 24

No dia vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2015;

PONTO TRÊS – Proposta de celebração de contrato de mutação dominial entre o Município de Palmela e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e em substituição do Segundo Secretário, Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Fernando Luis Justino Coelho.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;

- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **A Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de maternidade, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira** que se encontrava presente.
- **Sr. Fernando Luis Justino Coelho do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente.
- **Sr. José da Cruz Silvério da CDU,** Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pela **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade**, Tesoureiro da Junta, que se encontrava presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão, por se encontrar fora do país por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivo de doença da filha menor, tendo a falta sido considerada justificada.
- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos, da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, a partir de 28 de abril de 2016, por um período de noventa dias. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.
- **Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino do PS,** apresentou pedido de cessação da suspensão de mandato e retomada de funções com efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria e Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira da CDU** e **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas ata, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as minutas das Atas Números Treze, Catorze, Quinze e Dezasseis, datadas de vinte e seis de fevereiro, catorze de abril, vinte e nove de abril e vinte e sete de maio de dois mil e quinze, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"São questões substantivas ou são questões de pormenor?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Depende de quem interpreta. Há questões ortográficas que eu posso mandar por e-mail."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, essas dispensamos pode mandar por e-mail."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Há aqui um erro na ata número catorze, página vinte e sete, esta convém dizer. Na oitava linha não será interpoladas mas interpeladas. Há outra que falta uma palavra mas eu enviarei por e-mail."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Certo, as gralhas enviará por e-mail.

Mais questões? Eram estas as questões? Como falou em questões de interpretação de conteúdo pensei que eram de conteúdo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Interpeladas e interpoladas altera o conteúdo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, está bem, mas deduz-se pelo pela leitura."

Mais alguma questão sobre as atas? Tem a palavra ainda o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não é ainda, é a única intervenção nesta matéria do Partido Socialista para dizer que tenho sempre um enorme respeito por quem faz as atas. E, nestas que são uma questão de transcrição, quero deixar aqui um louvor às pessoas que fazem atas porque devem ter uma trabalheira imensa para transcrever os longos e extensivos discursos do Sr. Presidente da Câmara e gostaria, se pudesse, de castigar o Sr. Presidente para ajudar a transcrever os seus discursos porque, assim, para além de ajudar as pessoas que fazem as atas também poderia dar um pouco mais de atenção àquilo que aqui nós, no Partido Socialista, apresentamos e aconselhamos para que o Sr. Presidente possa fazer um melhor mandato, ajudando de certa forma.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão sobre as atas?"

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as atas:

A Ata número treze, de vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Ata número catorze, de catorze de abril de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Ata número quinze, de vinte e nove de abril de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Ata número dezasseis, de vinte e sete de maio de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

O **Sr. João Soares**, morador na Urbanização Portais da Arrábida:

"Boa noite, tenho vários assuntos a apresentar. Há algum tempo limite?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Nós temos um tempo limite para o conjunto dos munícipes mas nem todas as sessões têm o número das intervenções pedidas pelo que vamos gerir em função de cada."

O **Sr. João Soares:**

"Eu costumo participar nas Assembleias de Freguesia de Quinta do Anjo que é, infelizmente, presidida pelo Sr. Valentim Pinto neste momento e decidi vir aqui porque se estão a passar coisas graves que merecem que esta Assembleia tome atenção e fiscalize.

Vou deixar o meu contacto no fim porque estou disposto a colaborar com quem for preciso, seja da oposição ou seja um movimento qualquer de cidadania.

Nós temos nos Portais da Arrábida a Associação de Moradores, eu já tenho casa ali desde mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove, e velhos são os tempos, nomeadamente já lhe dei os parabéns pelo trabalho que fez aqui enquanto Presidente da Câmara a Dra. Ana Teresa, mas lamentavelmente hoje em dia existem mais competências delegadas nas Juntas mas no caso da freguesia de Quinta do Anjo existem maus tratos. Estes maus tratos vão desde o estado em que senhor está a deixar a freguesia, por falta de trabalho e agora vai-se falar aqui do Dia do Trabalhador e do 25 de Abril. Na última Assembleia o senhor disse-me que não me ia responder porque achava que não tinha ética, eu dei-lhe um grito é verdade porque achei que era altura de gritar "demita-se", hoje não o vou fazer, porque como era mais próximo do 25 de Abril achei que era bonito celebrar à minha maneira o 25 de Abril. De qualquer das formas eu disse "demita-se" porque o senhor disse "não tem ética" então vamos lá a ver de ética o que é que se está a passar aqui na Quinta do Anjo nomeadamente nos Portais da Arrábida.

Eu posso começar mas depois isto é o jogo do empurra, caso o Sr. Presidente da Câmara não saiba algumas justificações do seu amigo e colega Valentim Pinto são delegadas para si e provavelmente vai "chutar" para ele, outras são para as Estradas de Portugal, outras são para a EDP, portanto temos alguém aqui a falar de assuntos do interesse público nomeadamente este, vou passar a elencar os pontos.

A oposição está aqui deste lado, é isso?

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Aqui tem uma Assembleia."

O **Sr. João Soares:**

"Na estrada circular norte da Autoeuropa, eu passo lá todos os dias e o Sr. Valentim Pinto, no carro que é tão famoso porque foram retirados os logotipos da Junta, também passa e algumas vezes vai à minha frente, passa também a carrinha do Centro Social da Quinta do Anjo, acho incrível como é que há anos, sobretudo este ano em que não para de chover, há um oceano, permita-me a expressão, um lago em que os condutores, nomeadamente o senhor com um carro do estado, têm que se desviar e as pessoas que pagam o IMI não podem usufruir duma estrada em condições. Eu acho que há aqui gente que deve passar lá, nomeadamente o senhor que é Vereador e mora nos Portais da Arrábida se fizer aquele trajeto. Já várias vezes a carrinha do Centro Social e Paroquial, que é suposto ter regras e ter regulamentos de segurança a transportar as pessoas, tem que se desviar para o meio da estrada e leva com a água. É indigno."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe estar a interromper mas é só para nos situarmos. Estamos a falar da estrada circular norte à Autoeuropa?"

O **Sr. João Soares:**

"Sim, a estrada circular norte à Autoeuropa. É uma que vem …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu sei, eu sei, faço-a muitas vezes."

O **Sr. João Soares:**

"Ok, pronto. Mas posso até vir um bocadinho antes que é uma coisa que já falei há um ano que são as ervas da estrada das curvas do Palmela Village, que foi alcatroada sim senhor, a estradinha das curvas que vem do Palmela Village e que vai desembocar num espelho, uma coisa que não se percebe muito bem se é uma rotunda, se é um triângulo, o que é que é aquilo quem foi o engenheiro o mestre-de-obras daquilo, sendo que do lado esquerdo, e eu já vi vários acidente e alguns graves e não desejo a ninguém nem ao Sr. Presidente da Junta com o carro Renault, aquilo não tem visibilidade. Ou seja, as pessoas para entrarem têm que chegar-se mesmo à frente e ao porem o focinho do carro à frente o espelho quando está embaciado não permite a visibilidade porque nesta freguesia e voltando outra vez da estrada das curvas a essa estrada circular norte da Autoeuropa, ao contrário de toda esta panóplia de regulamentos e da segurança e do Dia do Trabalhador e da Liberdade, eu não vejo ali trabalho nenhum de limpeza. Como é que é possível? Então eu estou a pagar o meu IMI, posso fazer reclamações e vou deixar de pagar IMI e vou deixar de pagar porque a estrada está cheia de terra nas bermas.

Agora foram alcatroar aquele bairro porque se estão a aproximar as autárquicas e foram alcatroar uma estradazinha que vai dar ao Bairro Alentejano e Quinta da Marquesa, mas está-se a alcatroar uma estrada e a gastar milhões e o essencial da limpeza das bermas, e as ervas, e a segurança de pelo menos das crianças e idosos tenham vergonha. E este senhor confirma, responde às perguntas, e isto é o tal paleio, o tal relações públicas. Ele responde às perguntas, sim senhor, de facto há ali uma poça que se gera, mas possa para a poça isto não há paciência, para justificar dizendo que há mas nós não queremos que haja ali nada, queremos dignidade para as pessoas numa carrinha do Centro Social Paroquial de Quinta do Anjo já para não falar em nós que passamos ali e que possamos circular com dignidade porque nós pagamos e o senhor também deve receber bastante dinheiro por ser Presidente da Junta, portanto o mínimo que pode fazer …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. João Soares, isto é a Assembleia Municipal. O senhor aqui não vai dirigir-se ao Sr. Presidente da Junta em situação alguma, o senhor aqui dirige-se a mim, ok? Eu é que dirijo a reunião e depois em função dos

assuntos que colocar e da sua adequação, naturalmente, eu assim pedirei ao Sr. Presidente da Câmara ou não que responda às questões que têm que ver com a Câmara Municipal."

O **Sr. João Soares:**

"Ok, então isto foi mais ou menos justificado com as Estradas de Portugal, responsabilidade da Câmara, etc.

Eu também tenho amigos que moram aqui para o lado do Poceirão e parece que há ali uma birra de não se limpar também a estrada dos Espanhóis e das Lagameças. Acho que o Sr. Presidente do Poceirão, não está cá hoje, pelo que queria também fazer um apelo através de si Sra. Presidente que é uma vergonha os acessos da estrada dos Espanhóis, Lagameças, Poceirão que têm o mesmo problema que esta estrada circular norte da Autoeuropa.

Depois vamos fazer aqui umas honras à Constituição por parte deste e daquele partido, foi reconhecido nesta última Assembleia de Freguesia que os editais não são afixados. Isto é crime, isto é inconstitucional, portanto o povo, os eleitores que têm direito a estarem informados tal como levam com os cartazes da propaganda eleitoral às vezes todo o ano porque não são retirados, parece uma forma de lavagem ao cérebro, têm direito a terem os editais afixados e não têm. A própria Presidente da Assembleia reconheceu, e por acaso isso era uma função minha de fiscalizar, mas pelo menos nalgumas vitrinas não foram afixados.

Continuando, a nível dos maus tratos fala-se muito em violência doméstica, mas antes dos maus tratos e da violência doméstica neste caso eu estou a falar da violência institucional e já vou explicar porquê, queria novamente e uma vez que já passou bastantes dias falar do passeio do Infante. Para quem não conhece o passeio do Infante é um passeio sem trânsito que atravessa os Portais da Arrábida e vai desde a rua da entrada até ao fim da urbanização dos Portais, noutros tempo já foi bonita e digna, mas felizmente por acaso esta noite a GNR andou a patrulhar, um problema ali também é que não me parece que esta Junta, não sei se a Câmara tem mas a Junta de Quinta do Anjo não tem um programa, e isto era uma sugestão para os futuros eleitos, de competências e de consumo de substâncias porque há ali muitos jovens a drogarem-se e há ali muito consumo abusivo de álcool naqueles espaços recônditos da urbanização, mas o que eu queria falar era novamente da segurança e da dignidade para as pessoas. Como sabem temos ali um Centro de Saúde, há pedras soltas, os passeios estão todos desnivelados e a justificação é que é das raízes das árvores mas, então, voltamos à mesma há justificação mas não há responsabilização e não há intervenção, nem uma coisa que não é supervisionada porque se dizem que há quem é que supervisiona a manutenção? Ai sim foi feita, passou lá um homem, passou um carro, mas depois é hilariante porque limpam a rua principal mas o passeio do Infante não é ali. Os candeeiros fundidos ou tortos isso é a EDP, ah não aí é estrada é Câmara, então não passamos disto, os anos estão a passar e os contribuintes a pagar e os senhores sempre a receberem a tempo e horas, mas nós insatisfeitos, nós os contribuintes e os moradores. O passeio do Infante é uma lástima, os canteiros não são mantidos antigamente eram pintados, as ervas já transbordam, houve moradores que até se dirigiram à Junta a oferecer serviços de voluntariado para tratar dos seus canteiros e claro foi dito que sim porque pode-se gastar dinheiro noutras coisas e delega-se. Além dos impostos que pagam e IMI ainda os moradores é que têm que tratar, eu e aminha filha é que temos que andar a rua e até o meu irmão me perguntou se não havia Junta de Freguesia, porque as coisas estão em muito mau estado ao que respondi que noutros tempos não foi assim.

Continuando, queria só falar desse aspeto do passeio do Infante, já falei do inconstitucional da não afixação dos editais que levará possivelmente a uma queixa da minha parte e para além de estar em contacto consigo queria convidar a quem quiser juntar-se a mim na reportagem que eu estou a preparar com a SIC sobre o que se está a passar na Quinta do Anjo, que pode levar a outras intervenções, e isto é tudo uma forma cordial e diplomática. É a questão que eu gostava que também depois fiscalizassem, isto do carro parece que já não é novidade o senhor tirou os logotipos, não sei se isso pode ou não ser feito, se está em part-time ou se está em full-time. Se está em part-time anda com o carro em full-time, está a receber em part-time ou está a receber em full-time.

Outra questão e vou ser muito rápido."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu vou-lhe pedir é que termine porque já está a ultrapassar o tempo.

O **Sr. João Soares:**

"Vou terminar, e vou terminar com o mais grave que é esta promiscuidade CDU, que não tenho nada contra tenho grandes amigos e eu próprio, que sou músico, já toquei várias vezes na Festa do Avante, é um gosto, os meus melhores amigos são da CDU e acho que são pessoas com ideias muito criativas, mas em todos os partidos existem os chamados "vampiros institucionais" que é o que eu chamo "vampiros institucionais" que são pessoas que se colam nos partidos por várias razões e neste caso eu tenho conhecimento, e isto também vai merecer uma queixa de puro crime, das ameaças que o Sr. Presidente da Junta fez, nomeadamente, à D. Sandra Franco a digna Presidente da Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo que não lhe deu a palavra porque disse, e se queixou, que tinha recebido ameaças e um tom pouco honroso das ameaças, isto num dia em que eu perguntei à Sra. Presidente quem é que chama a GNR, chama a senhora ou chamo eu? Ela decidiu chamar a GNR, e bem, porque o Sr. Presidente numa Assembleia extraordinária resolveu não aparecer e não abrir a porta. Isto é muito bravo, ok? Eu queria e pedia que fiscalizassem isto, nomeadamente queria louvar mais uma vez, porque já o fiz, ao PS na pessoa do Ricardo Marques, julgo que é esse o nome, pela iniciativa que teve duma Moção, que apoio e subscrevo, de demissão deste executivo porque de facto nada. Queria que investigassem isto porque temos um Presidente de Junta a ameaçar as pessoas seja por razões políticas, a dizer que vai levar isto ao Jerónimo de Sousa, a ameaçar que o público não pode falar, a ameaçar até família, segundo o que eu sei, é muito grave. Nós que falamos em violência doméstica estamos perante um crime de violência institucional. Hoje não vou gritar demita-se, digo apenas demita-se, porque precisamos de pessoas úteis e vamos restaurar como já foi a freguesia de Quinta do Anjo.

Bem hajam e obrigado, deixo o meu número e estou disposto a arregaçar as mangas e juntar-me a quem for preciso para pôr gente aqui que mereça estes impostos e este despesismo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. João Soares, nós vamos continuar a ouvir as demais intervenções e entretanto eu vou decidir o que fazer com a sua intervenção."

O **Sr. João Soares:**

"Pronto, as minhas questões eram basicamente o teor das mensagens que o senhor disse que não ia esclarecer nem sequer pedir desculpa, porque a D. Sandra disse que precisava que pedisse desculpa e ele recusou-se, e é importante levar ao Ministério Público o teor ameaçador e o conteúdo. Eu sei que a justiça consegue abrir as mensagens de telemóvel e ter acesso para apurar qual é o teor terrorista destas mensagens.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tenho mais dois pedidos de intervenção. O próximo senhor, pedia-lhe que se identificasse."

O **Sr. José Rodrigues,** morador em Aires:

"O assunto que me traz aqui tem a ver com trânsito. Sou morador na localidade de Aires há quarenta e dois anos e ainda sou do tempo em que a localidade era dividida por uma vinha e nós jogávamos à bola na rua porque não passavam carros, entretanto a localidade começou a crescer e começámos a ter alguns

problemas de trânsito. O mais grave hoje em dia, e é o que me traz aqui porque é a rua onde eu moro quem pois quiser que venha cá defender a rua onde mora obviamente, é a rua Aljubarrota.

A rua Aljubarrota é conhecida do público por se chamar "Bairro dos Abandonados" e isto tem uma história que eu não vou contar porque provavelmente toda a gente sabe. O que acontece é que, atualmente, a rua Aljubarrota já é conhecida em Aires como a via de cintura interna de Aires. Isto porquê? Porque serve de autoestrada de quem vem da zona do Lau, do St. Peter's School e deseja evitar o cruzamento do Intermarché e então utiliza a rua de Aljubarrota como via de cintura interna e passa ali a noventa e cem quilómetros hora. Aquilo é uma rua, um arruamento em que as pessoas moram ali e estacionam regulamente os seus carros ali e agora de há uns tempos para cá começamos a ver as nossas viaturas multadas pela GNR porque os carros estão estacionados e provocam ali filas de trânsito. Eu gostava de saber como é que se provoca uma fila de trânsito dentro duma localidade num arruamento que dá acesso às casas, não é?

Venho aqui apenas para sensibilizar o executivo da Câmara Municipal, nós temos algumas ideias obviamente para fazer ali. Não sei se sabem que fui eleito como Presidente do clube desportivo e nós estamos a planear fazer uma reunião com toda a população porque temos algumas ideias para a rua Aljubarrota, nomeadamente convertê-la numa rua de sentido único descendente até ao cruzamento com a rua do Parque e isso evitava logo que as pessoas utilizassem aquela rua como escapatória normal a um cruzamento de sinais luminosos que é o cruzamento do Intermarché.

A única situação que nós queremos saber é se foi a Câmara Municipal que deu ordem para não se estacionar naquela rua qual é que é a solução que a Câmara Municipal encontrou para que as pessoas cinquenta por cento dos moradores daquela rua que não têm estacionamento, em quintal nem em garagem, o que é que essas pessoas vão fazer, por exemplo, quando estiver a chover ou no meu caso, que tenho dois filhos pequenos, como é que eu vou pôr os meus filhos em casa com as compras quando venho do supermercado senão tenho sítio para estacionar correndo o risco de deixar o carro à porta dez minutos e a seguir quando saio tenho o carro multado. É uma situação que gostaríamos de ver resolvida e a minha intervenção é única, e exclusivamente, sobre isso. Agradecia que a Exma. Presidente da Assembleia Municipal passasse essa informação ao Presidente.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Agora sim, o último senhor."

O **Sr. Mário Dolores,** Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo:

"Muito boa a noite a todos.

Custa-me muito estar aqui mas só estou porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo passa as Assembleias de Freguesia a dizer que nós devemos de vir comentar estas coisas, e partilhar estas coisas, nas Assembleias Municipais e que quando há o "Eu Participo" em Quinta do Anjo não aparecemos, por acaso eu apareci, não falamos e não comentamos estas coisas.

Atendendo às dificuldades que nós estamos atravessar todos no país, dificuldades monetárias neste caso, eu quero divulgar aqui e tudo o que vou dizer já o disse na passada sexta-feira na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo ao qual não obtive resposta nenhuma a não ser um atestado de mesquinhez e outras palavras mais que algumas eu nem sei o significado delas.

Então é assim, quando os espaços verdes naquela freguesia estão, no meu ponto de vista, um bocado degradados ou seja não estão a ser tratados eu alertei na passada sexta-feira, na Assembleia de Freguesia, que por exemplo os funcionários da Junta, que agora são assistentes operacionais, indicados pelo senhor encarregado Valdemar Vilhena andam a limpar terreno privado como aconteceu em Março passado quando um casal que andava a fazer caminhada com um filho se dirigiu a mim, que moro ao pé do Sr. Valdemar,

dizendo que ia pedir um favor ao mesmo. Quanto me espanta a mim quando dois dias depois vejo o terreno privado desse senhor a ser as ervas todas cortadas pelos funcionários da Junta, em terreno particular, terreno privado. Depois como se não bastasse no dia um de Abril, e não é mentira, em frente à farmácia de Cabanas num terreno também privado de pessoas que não precisam daquilo e que, de certeza, não pediram porque são pessoas que são empresários, estão bem na vida, pessoas de bem, esses não pediram favor nenhum de certeza, acredito eu, o espaço está murado, andaram lá os funcionários da Junta a cortar as ervas. Estamos a falar de centenas de metros quadrados, do primeiro caso que falei então são largas centenas de metros quadrados em terreno murado com cerca de metro e meio.

Outra coisa que também me choca um bocado é que do dia um ao dia doze de fevereiro, o senhor encarregado da Junta andou com uma camioneta da Junta a tempo inteiro, vinte e quatro horas por dia, fazia o horário de trabalho e depois utilizava o carro durante a noite. Eu falei nisto durante a última Assembleia e o Sr. Presidente Valentim Pinto passou-me um atestado de mentiroso ao dizer que era mentira porque eu tirei fotografia ao carro e o senhor encarregado telefonou ao Presidente muito incomodado às quatro e meia da tarde a dizer que eu estava a tirar fotografias ao carro ou a ele. É mentira foi ao carro apenas, e não eram dezasseis e trinta eram perto das vinte e duas horas e vê-se pela iluminação pública na foto, vê-se um placard dos cafés Delta, vê-se as habitações ao lado com luz acesa e por isso não eram dezasseis e trinta. O Sr. Presidente passou-me um atestado de mentiroso como fez durante toda a Assembleia, e faz comigo e faz com os outros eleitos e com os munícipes e por aí a fora.

O Sr. Presidente também foi alertado que o jardim junto à igreja de Cabanas tinha ervas muito grandes, a relva não estava cortada neste caso eram ervas. O Sr. Presidente passou mais um atestado de mentiroso e disse que a relva tinha sido cortada nessa semana mais concretamente na quarta-feira passada, dois dias antes e que até tinha sido com outra máquina que não a habitual porque esta estava avariada. Ora eu como lá tinha passado três ou quatro horas antes da Assembleia porque vivo ali, no sábado quando me levantei tive a triste ideia de ir fotografar o sítio, e coloquei as fotos nas redes sociais, com ervas meio metro de altura. Eu tive o cuidado de levar uma fita métrica apesar de não precisar porque sou serralheiro e tenho mais ou menos noção das medidas. Por acaso foi cortado hoje e tenho a agradecer, mas o que está aqui em causa foi o atestado de mentiroso que o Sr. Presidente me colocou.

Também quero colocar aqui a situação do que se passou no dia trinta de março sobre a Assembleia de Freguesia extraordinária. O Sr. Presidente diz que a Presidente da Assembleia de Freguesia tem as chaves e ela diz que tem uma chave quando ainda nem sequer era autarca. Mas eu continuo aqui a dizer mas essa chave não dava acesso por exemplo aos documentos porque o Sr. Presidente tinha mandado sms aos membros da CDU para não estarem presentes. Ora nós precisávamos dos documentos para a tomada de posse das pessoas que os iam substituir e o Sr. Presidente não nos facultou isso, a chave não dava acesso a isso. Não tivemos por exemplo o Regimento que foi pedido impresso para cada bancada e outro para a Mesa porque íamos aprovar o Regimento. Também não dava acesso ao som, ao gravador, à funcionária de apoio à Assembleia. Não sabemos se a sala estava arrumada ou não porque não chegámos a entrar, uma série de coisas que a chave não dava acesso a isso. O Sr. Presidente proibiu o funcionário de fazer os editais, os editais foram feitos na casa de um de nós, foram afixados por um de nós. O Sr. Presidente mandou sms à Presidente da Assembleia, a que eu assisti, a dizer que ela não tem competência para afixar os editais. Umas vezes não tem competência mas na Assembleia anterior não houve a colocação dos editais a não ser no dia.

Muita coisa mais tinha para dizer mas já vi que, se calhar, estou a incomodar um bocadinho.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não é uma questão de incomodar, é uma questão de ser mais objetivo. O que é que quer pedir à Assembleia Municipal?"

O **Sr. Mário Dolores:**

"Eu quero pedir que metam, se possível, alguma ordem no S. Presidente porque passar a chamar mentiroso constantemente com estes factos que são reais acho que é demais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É essa a questão que quer colocar à Assembleia, é isso?"

O **Sr. Mário Dolores:**

"Sim.

Boa noite e muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ok, sim senhor. Obrigada.

Não sei se percebi bem ou se havia mais alguma intervenção, ou não, para além do Sr. Mário Dolores.

Bem então vamos lá ver.

A questão colocada pelo Sr. José Rodrigues, de Aires, enfim parece-me uma questão que, eventualmente, o Sr. Presidente da Câmara pode ter alguma informação que possa querer partilhar com todos. Relativamente às outras questões, e sem prejuízo do Sr. Presidente poder vir a esclarecer alguma questão relacionada com as competências e a delegação de competências nas Juntas que eu penso que é a questão que há aqui a tratar pela Câmara, quer em relação ao Sr. João Soares quer em relação ao Sr. Mário Dolores, enfim, são diferentes.

Primeiro em relação ao Sr. João Soares, eu acho que há dois tipos de problema aqui. Um é clarificar que a Assembleia Municipal não tem nenhuma espécie de jurisdição, não é, ou seja não tem nenhuma competência de fiscalização neste caso concreto sobre as Assembleias de Freguesia.

Nós quando votamos, votamos para três órgãos autárquicos, não é, para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. Isto significa que, neste caso concreto, a Assembleia Municipal tem uma função efetivamente fiscalizadora sobre a ação da Câmara Municipal não a tem relativamente às Assembleias de Freguesia nem em relação às Juntas de Freguesia. A Assembleia de Freguesia é um órgão autárquico que fiscaliza a ação da Junta de Freguesia, sendo que a relação é diferente entre a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia e Assembleia Municipal e Câmara Municipal mas o mais parecido, digamos assim, que podemos estabelecer ainda assim será isso. Ou seja não é possível, pela atenção e interesse que nós queiramos reconhecer ou quiséssemos reconhecer à questão, à Assembleia Municipal neste caso em questões que têm que ver com o funcionamento do órgão Assembleia de Freguesia.

Já uma coisa diferente são as questões do território que são competência da Câmara Municipal, eventualmente delegada nas Juntas de Freguesia, mas como todos sabemos, e a lei prevê, uma competência delegada nunca deixa de, naturalmente, ter alguma responsabilidade de quem delega e nesse sentido é normal e legítimo que se pergunte à Câmara Municipal acerca do exercício de uma atividade que acontece por via da delegação de competências duma Junta. Desse ponto de vista a questão é legítima e, naturalmente, o Sr. Presidente da Câmara poderá tratá-la aqui, ou por escrito se entender de outra forma, mas tem todo o sentido sobre as questões da gestão do território, neste caso, muito bem o Sr. Presidente da Câmara poderá dar as informações que achar pertinentes seja, repito, das competências próprias da Câmara Municipal seja, eventualmente, acerca das competências delegadas na Junta de Freguesia.

Este é um tipo de questão que eu identifico, primeiro o papel da Assembleia ou se quiser dentro desta questão o papel da Assembleia e o papel da Câmara Municipal relativamente à gestão do território.

Segunda questão totalmente diferente, e sobre esta é só isto que vou dizer. Sras. e Srs. Munícipes, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, como infelizmente no nosso país vem sendo usual eu vou ter uma expressão

que é isso mesmo, quer dizer infelizmente tornou-se vulgar no nosso país que é aquilo que é da política deve ser tratado na política, e neste caso falaremos da gestão do território, aquilo que os senhores porventura achem que cabe à justiça naturalmente deverão tratar na justiça. Eu aqui na Assembleia não vou permitir comentários que se relacionem com questões, eventualmente, do foro da justiça porque se assim forem os senhores enquanto cidadãos, nomeadamente os cidadãos que têm responsabilidade acrescida porque são eleitos em órgãos autárquicos, agirão de acordo com aquilo que a vossa consciência exigir e mandar. Não vale a pena e tenho oportunidade de ler, como todos os outros cidadãos deste concelho imagino, muitas coisas nos jornais e a única coisa que posso dizer sobre isto é se os senhores munícipes e por maioria de razão se os senhores eleitos locais na freguesia, ou noutro órgão qualquer, entenderem que há matéria sobre um eleito e sobre a qual recai ou deve recair procedimento judicial então que atuem em conformidade.

Isto é de certo modo o mote para responder ao Sr. Mário Dolores. Enquanto Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo tem responsabilidades acrescidas e, portanto, eu agradeço por um lado o facto de vir aqui a esta Assembleia. Porquê? Acho muito bem e nesse caso o Sr. Presidente da Junta como todos os eleitos têm razão quando dizem quanto mais longe levarem as opiniões, seja a opinião do cidadão individual seja qualquer problema que se passe no concelho, no sentido de quantos mais órgãos autárquicos e eleitos autárquicos forem familiarizados com essas questões, enfim, faz muito bem desse ponto de vista agora o senhor tem uma responsabilidade acrescida e, portanto, se há uma questão de funcionamento do órgão no qual é eleito que considera que não é regular o senhor tem o dever, e a obrigação, imediatamente fazer uma participação sobre esse tema. Pode começar pela antiga Inspeção-Geral do Território agora fundida na IGF – Inspeção Geral de Finanças é o primeiro organismo junto do qual fazemos uma participação sobre um funcionamento irregular numa autarquia local e depois, naturalmente, e/ou paralelamente o Ministério Público. Se há questões de irregularidade ou ilegalidade no funcionamento dos órgãos autárquicos deste concelho naturalmente os senhores autarcas que, por maioria de razão, hajam em conformidade. O resto é diatribe, vale o que vale.

De qualquer modo agradeço o facto de terem vindo expor estas questões aqui.

No seguimento desta minha intervenção pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se, sobre as questões de facto relacionadas com a gestão do território, quer colocar alguma questão. Pedia-lhe que depois se abstivesse, naturalmente independentemente da sua opinião, de outras questões, está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pode ficar tranquila Sra. Presidente.

Boa noite Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, caros Munícipes e Trabalhadores do Município.

Pois bem, acerca das questões colocadas e que suscitam de facto comentários, explicações e esclarecimentos por parte do Município começaria pelas questões apresentadas pelo Sr. João Soares, desde logo para dizer e de fazer um pedido uma vez que referiu que pertence à Associação de Moradores dos Portais da Arrábida que nós gostaríamos de conhecer quais são os atuais corpos sociais da Associação porque desde a sua constituição, que data do mandato anterior, há um período para haver eleições e nós queremos saber quem são os legítimos representantes para articularmos e gostaria que junto do nosso Gabinete de Participação e Cidadania, porque temos todo o interesse em trabalhar com as associações de moradores, reunir com elas, definir prioridades, ver formas de atuação, é assim que trabalhamos com trinta que existem no nosso concelho.

Acerca dos Portais da Arrábida, do passeio do Infante, ervas, calçada, etc., devo dizer ao Sr. João Soares que nós no Município, e em particular este executivo e até gostava de ter mais tempo para andar o dia inteiro fora do gabinete ou fora de outros compromissos e de reuniões, seja durante o dia seja durante a noite nós vamos muitas vezes à Quinta do Anjo, acompanhamos os assuntos da Quinta do Anjo, conhecemos muitas vezes onde é que estão pedras soltas na calçada, onde é que existem ervas, e estamos sempre disponíveis para receber os pedidos de intervenção e as reclamações dos nossos munícipes, encaminhá-las para a Junta ou encaminhá-las para os nossos serviços e tentar dar resposta dentro dos prazos considerados normais de acordo com os meios que temos para responder.

Estou a referir-lhe isto porque, de facto, nem a propósito é que no último mês tivemos várias vezes na Quinta do Anjo, não apenas no dia do Orçamento Participativo ou no "Eu Participo", tivemos uma semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo que decorreu há uma semana ou duas. Andámos por estes locais todos, vimos obra feita e ficámos muito satisfeitos com o estado da limpeza nalguns arruamentos em Cabanas, na Quinta do Anjo e, desculpe, eu estive com outros munícipes que, felizmente, têm uma opinião diferente do senhor mas também aceito a sua opinião e estaremos disponíveis para corrigir aquilo que estiver mal.

Quero dizer-lhe o seguinte, relativamente à calçada a Junta de Freguesia tem um plano de trabalho nós apresentamos alguns assuntos à Junta de Freguesia, os munícipes apresentam e a Junta de Freguesia tudo aquilo que nós apresentamos tem feito, presta contas. Quero dizer-lhe que mesmo as competências delegadas são supervisionadas pelos nossos serviços de cada uma das áreas e pelo Gabinete de Participação e Cidadania. Aliás esses relatórios são públicos, aliás a oposição já os pediu uma vez, são um documento de trabalho e está disponível. Tal dia, em tal rua, xis metros quadrados feitos, é assim que as Juntas são obrigadas por lei a prestar contas da nossa delegação de competências. Naturalmente há sempre coisas por fazer, há até calçada que vai lá ficar porque entretanto estamos à espera de atribuir a responsabilidade a outrem porque quem estraga, quem provoca um acidente, quem manda um sinal abaixo, etc., tudo bem o Município e as Juntas até podem levantar mas, às vezes, é preciso fazer prova e responsabilizar outras entidades pelos estragos que criam no espaço público.

Procuraremos ver o que se passa com o passeio do Infante, é certo que na urbanização já houve espaços que foram verdes quando foram feitos no início, noutros tempos tinham espaços verdes e não tinham sistema de rega, pois bem hoje não são espaços verdes são espaços de prado sequeiro que quando chove, naturalmente, está verde quando começa a crescer muito ou quando seca precisa duma manutenção acrescida e nós procuraremos ver o que é possível fazer para melhorar esse circuito.

Circular norte da Autoeuropa, eu podia explicar-lhe aqui, demoradamente, como foi feita aquela estrada, quem a fez e quem a largou para a responsabilidade do Município. Quando se trata de instalar unidades económicas às vezes os fins justificam os meios, e nem sempre as coisas foram feitas como deviam ter sido feitas. Aquela via, naturalmente, não tem drenagem pluvial como se faz noutras vias, não tem, vai dar a terrenos, alguns privados, outros em avos, outros de zonas ilegais, e é difícil levar depois o encaminhamento daquelas águas para a linha de água. Eu conheço o problema porque já o estudei técnica e politicamente há anos. Neste momento, com as chuvas que tivemos nos últimos meses, o senhor acha que há algum sítio do país com aquela extensão onde não haja areias acumuladas? Há. Nós até já demos instruções aos nossos serviços para uma varredoura mecânica, que habitualmente só opera nos centros urbanos, ir aquela via porque aquelas areias não se retiram com pá. Não esteja a dizer que não porque eu estive lá no 24 e 25 de abril e conheço aquilo como as minhas mãos.

Relativamente à drenagem pluvial nós temos ali um problema técnico que não se consegue resolver, em tempo já se abriu uma vala para um terreno particular sujeito a termos até problemas com a pessoa e procuraremos continuar a fazer esse trabalho. Relativamente às areias iremos nós, não é a Junta de Freguesia, fazer esse trabalho.

Alcatroamentos que são feitos, milhões, etc., é a opinião do senhor. Nós temos um programa de trabalho que foi sufragado pela maioria da população e ao contrário de outros tem lá tudo escrito, consulte, fazer isto, isto, isto e isto. Felizmente estamos a fazer aquilo que lá está e estamos a fazer mais do que aquilo que lá está e, portanto, aquilo que foi alcatroado corresponde a compromissos com a população e estamos disponíveis para assumir outros compromissos, novos, temos assumido no Orçamento Participativo. Do ano passado para este ano entraram vinte e seis novas obras no Plano, é porque vale a pena participar, expor os assuntos, fundamentar, conhecer as prioridades porque há, de facto, muita gente no concelho que tem perspetivas diferentes, mas felizmente temos conseguido integrar muitas sugestões dos nossos munícipes e estamos disponíveis para acolher as sugestões do senhor.

Aliás o senhor falou aqui de estrada dos Espanhóis, Lagameças, uma vergonha. Meu caro amigo em todo o lado, inclusive nas estradas nacionais, neste momento depois da pluviosidade que houve, das temperaturas quentes, não é deste calor é das temperaturas quentes que existem desde março, é normal que haja vegetação em todo o lado e depois até temos aí gente que não quer que se utilize química, claro, e o senhor acha que nós estamos parados? Estamos a capinar estradas, para evitar o trânsito estamos a começar

diariamente às seis e meia da manhã e os nossos trabalhadores fazem jornada contínua para fazer até à uma hora porque, de facto, são as horas, até para fazer aquele tipo de trabalho, mais adequadas. Procuraremos desmatar mas se calhar não passa lá há algum tempo, é que eu estive lá hoje de manhã por acaso tive que ir a Águas de Moura e passei por lá. Vi uma repavimentação em curso de quinhentos e quarenta metros e sei o que é que vai ser feito nas bermas, e sei o que é que estamos a fazer em sítios muito complicados onde a gente para fazer uma berma tem uma guerra com um proprietário porque dá uma faixa de quarenta centímetros de terreno e que não deixa lá passar a valeta.

Meu caro, faça favor de fazer sempre as suas exposições, as suas reclamações, as suas sugestões e nós procuraremos, dentro da medida do possível, responder a essas expetativas.

Ervas na estrada de Cabeços Ruivos, a mesma coisa. A estrada até nem estava no programa, foi uma das que conseguimos fazer também com muitas limitações por causa da estrutura da propriedade naquele local. Obviamente que a nossa capinadora irá lá, de acordo com o plano de trabalho. Antes dessa ainda vamos à mil e vinte e nove que começa no cemitério do Terrim, em Pinhal Novo, e vai até á entrada da Quinta do Anjo junto à rotunda da futura variante, se é que vai haver, do Palmela Village.

Sr. José Rodrigues, trânsito na rua Aljubarrota, pois é as localidades quando surgem, surgem com uma determinada estrutura urbana, uma determinada malha urbana, as moradias são feitas com o alvará para ter o estacionamento no interior do lote e depois a gente mete outras coisas na garagem e mete o carro cá fora, tudo bem. O trânsito nas localidades aumenta, o trânsito intensifica-se, hoje até se criou uma nova escapatória do centro de Aires para a avenida dos Ferroviários com a conclusão daquele entroncamento para a zona que vai dar depois às Casas da Quinta e a outro local mas, de facto, aqueles arruamentos precisam dum estudo de sentidos alternados que estamos a fazer. Quero esclarecer o meu amigo que a Câmara Municipal, infelizmente, não dá ordens à GNR pois não temos polícia municipal, estamos é sistematicamente, às vezes, a ser confrontados com situações que alguém criou, às vezes, os próprios moradores que fazem queixa.

Nós aqui trabalhamos para arranjar soluções e as soluções foram encontradas depois de um grupo de moradores de Aires, com a mesma preocupação do meu amigo, se ter dirigido a nós e reunido com a Sra. Vereadora. A Sra. Vereadora entrou em contacto com a GNR e questionou o que estava a acontecer uma vez que no local não existem sinais de estacionamento proibido, qual era a infração, e a capitão admitiu que, de facto, não fazia sentido a intervenção que estavam a fazer porque vai trabalhar connosco, disponibilizou-se inclusivamente a trabalhar connosco, no estudo de trânsito que estamos a fazer para o local pelo que teremos muito gosto em acolher as suas propostas.

O meu amigo tendo sido eleito para o Grupo Desportivo de Aires espero que trabalhe no cumprimento do objeto da associação, não deixando de ser cidadão e tratar dos assuntos que entender e o município está à disposição para reunir com os senhores se é que já se apresentaram ao Sr. Vereador do pelouro para perceber o vosso plano de atividades e os senhores perceberem também quais são as nuances do regulamento de apoio ao movimento associativo.

Sr. Mário Dolores, espaços verdes na freguesia, não vi o cenário de catástrofe que às vezes aqui se apregoa. Eu estive nas Colinas, estive junto à Casa do Povo de Quinta do Anjo, eu e os senhores jornalistas, estive nos Portais e, de facto, não vi esse cenário calamitoso. Jardim de Cabanas, a Sra. Vereadora foi ao jardim porque a gente também vê as redes sociais, às vezes não valia a pena ver, e não me compete aqui a mim pronunciar-me sobre o plano de trabalho da Junta de Freguesia mas convenhamos nós também nos espaços que fazemos cortámos relva há uma semana e se o senhor for lá ver agora com a água e com o calor, é que agora estamos naquele período em que o corte deixa de ser de quinze em quinze dias porque no inverno até pode demorar mais tempo porque com o frio nem cresce, e passa a ser mais regular. Depois no jardim de Cabanas há outra particularidade, é que há uma zona que até deve ser a igreja a fazer porque diz que o terreno é dela e que a Junta de Freguesia, porque até deve apoiar essa situação, até está a fazer essa parte que compete à igreja. Em todo o caso, é normal que a relva agora já esteja grande e nem precisamos de dizer à Junta de Freguesia que está na altura de cortar. Eu espero que o trabalho decorra com normalidade mas, em todo o lado, nesta altura começam a aparecer pequenos problemas de não se conseguir cortar em todo o lado e de ir ao mesmo tempo a todo o lado. Estou-lhe a falar pela Câmara, acredito que as Juntas de Freguesia seja em que ponto do país for tenham também mais trabalho e mais preocupações com isso nesta

altura. Dito isto, acrescentar só que estamos atentos, como sempre, ao cumprimento dos protocolos e aproveitava ainda para dizer outra coisa.

Tenho aqui um alerta que o senhor falou dos alcatroamentos e eu, por acaso, para além do da 25 de Abril e da Fernando Pessoa, das Marquesas II, quero dizer-lhe que aquilo que está a ser feito, e possivelmente era a isso que o Sr. João Soares se referia, é que quem está a fazer aquele asfaltamento, alcatroamento e arruamento é uma AUGI, é uma comissão de administração de uma AUGI que tem a obrigação de fazer antes de entregar à Câmara porque eles são loteadores e está a fazer para entrar hoje, era o que estava previsto, em obra fazendo os esgotos, fazendo duas rotundas uma junto à circular norte e outra no entroncamento com a estrada das Fontainhas e essa rua vai servir de rua de circulação, de via alternativa, enquanto decorre a obra. Fomos nós que pedimos à AUGI que tem, naturalmente, lá muitas para alcatroar para começar por aquela pelo que fica também este esclarecimento.

Uma nota final, eu dizia que nós acompanhamos a delegação de competências das Juntas mas acompanhamos, também, as reclamações dos munícipes sobre as competências das Juntas. É algo que estamos a fazer sistematizadamente desde o início deste ano e os relatórios que os serviços me fazem, para eu discutir com os Srs. Vereadores consoante as áreas, têm hoje desagregadas as reclamações que chegam à Câmara sobre assuntos que estão a cargo das Juntas de Freguesia. Recebi este mapa no dia seis de abril e a esta data a estatística do mês de março dava duas reclamações na Quinta do Anjo sobre conservação da rede viária e duas sobre reparação de calçada. Era só este dado que queria partilhar, mas nós sabemos que há mais porque nós próprios chamamos à atenção das Juntas.

Disse. Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto às Sras. e Srs. Munícipes se há mais alguma questão."

O **Sr. José Rodrigues:**

"Bem Sr. Presidente, verificando aquilo que me disse, de facto, é verdade mas a observação que fez sobre as garagens demonstra que não conhece a rua Aljubarrota porque cinquenta por cento das casas têm garagem e cinquenta por cento não têm. Cinquenta por cento das pessoas tem que estacionar na rua.

Aquele asfaltamento que o Sr. Presidente falou que vem do St. Peter's School, aquilo que fez foi nada mais, nada menos do que aumentar o trânsito na rua Aljubarrota como escapatória, mais uma vez, ao cruzamento do Intermarché portanto não pode estar a justificar essa situação com o crescimento da população que de facto é verdade. Mas eu que pago o meu IMI ali naquela rua não sou obrigado a estacionar o meu carro mal para evitar que as pessoas abrandem a marcha para eu poder dormir porque faço turnos. Eu saio às oito da manhã e se o meu carro não estiver mal estacionado eu não consigo dormir com o barulho dos carros a passarem, porque é carro minuto sim, minuto sim, minuto sim, e ali na rua não mora assim tanta gente.

Era só essa observação que eu queria fazer, obrigado!"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, peço a palavra para uma observação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, Sr. Presidente se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu não tenho que justificar, não é uma questão de justificar eu estou-lhe a dar uma informação. Aquele acesso é um acesso que está previsto no planeamento urbanístico daquela localidade, que já não é uma simples aldeia que cresce, e foi bem feito, não pela Câmara, pelo promotor, é uma obrigação do promotor, percebe? E assim como leva pessoas também permite a sair pessoas de Aires por aquela via, que também evitam de ir à rua Aljubarrota. De resto é só para dizer que conheço bem a rua é uma das ruas mais antigas, tenho ido lá amiúde e conheço bem. Estamos disponíveis para estudar o assunto e isto não é uma questão de IMI ou de estacionar bem ou estacionar mal. Obviamente que estas localidades quando passam a ter mais população são atravessadas por toda a gente ou a gente mora nalgum condomínio? As ruas são públicas, era também este esclarecimento que lhe queria dar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais alguma questão? Sr. Mário Dolores, diga lá. Não vai falar sobre o Sr. Presidente da Junta, pois não? Diga lá então."

O **Sr. Mário Dolores:**

"Era só para dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela que escutei com atenção o que me disse e não estou de acordo com duas situações e se calhar também não tinha que perceber isso. Eu não tenho que saber, e peço desculpa por não saber, quem tem competência de cortar a relva, neste caso a erva, com meio metro nas Cabanas junto à igreja de Cabanas lá no parque.

A minha questão aqui nem sequer é de quem é ou de quem não é. É que se o Sr. Presidente da Junta me tem dito o que o Sr. Presidente me disse agora eu, se calhar, estava calado na altura. O que me irrita e deixa algum desagrado é o Sr. Presidente dizer que foi cortado dois dias antes quando depois tinha a erva com meio metro, sim está nas redes sociais e tenho aqui que posso mostrar fotos tiradas no sábado.

Era só esta achega porque se o Sr. Presidente não tivesse dito que tinha sido cortado quando não foi, foi hoje que andaram a cortar, se calhar eu tinha ficado calado e não dizia estas coisas.

Tenho dito, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas olhe, Sr. Mário Dolores deixe-me lá dizer uma coisa.

Há coisas sobre as quais a gente antes de falar deve pensar muito bem, nomeadamente a hipótese …"

O **Sr. Mário Dolores:**

"Está a falar para mim ao para o Presidente da Junta?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, estou a falar para si."

O **Sr. Mário Dolores:**

"Ah, é porque ele é que disse que tinha a erva e não cortou."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sabe porquê? O Sr. Presidente da Junta eu conheço há muitos anos e os cidadãos também e a prova é que ele já fez vários mandatos como Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. Mário Dolores:**

"Como ele diz que ganhou a maioria absoluta sozinho …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Oiça, oiça eu não interrompi enquanto esteve a falar portanto o senhor não me vai interromper, estamos entendidos?"

O **Sr. Mário Dolores:**

"Sim, peço desculpa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O Sr. Presidente da Junta conheço-o há muitos anos. Não acho bonito, no mínimo, que o senhor enquanto eleito local venha aqui tratar como tratou o Presidente da Junta, admito que tenha, naturalmente, as suas interpretações dos factos e que tenha a sua leitura dos factos, é livre de as colocar a interpretação e a leitura, já não acho que tenha o direito de se referir ao Sr. Presidente da Junta como referiu se, se, trata apenas como o senhor disse afinal de explicações mais claras ou menos claras. Por isso é que digo, e repito, há coisas que nós antes de dizermos temos que pensar muito bem."

O **Sr. Mário Dolores:**

"Posso?

Neste caso foi o Sr. Presidente que disse para eu vir expor isto à Assembleia Municipal."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto. Aqui nesta Assembleia já disse quem é que gere os trabalhos, sou eu, e sobre o assunto eu disse o que tinha a dizer.

Mais alguma questão?

Vamos encerrar este período dedicado aos Srs. Munícipes e às suas intervenções."

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa cinco Saudações – uma do BE, três do PS e uma da CDU, um Voto de Solidariedade do BE, uma Moção da CDU, um Voto de Pesar do PS e um Voto de Pesar que será apresentado por si.

Saudação do BE *"Ao 40º Aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação do BE. Questões e intervenções?

Tem a palavra a bancada da CDU, Domingos Rodrigues por favor."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu creio que esta Saudação, nós vamos votar favoravelmente, mas depois gostaria de chamar a atenção mais à frente porque há outras Moções com um palavreado que não é o nosso, mas que percebemos o objetivo, na defesa do quadragésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa mas depois mais à frente nós justificamos, também, porque é que a gente vota favoravelmente.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma questão?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os eleitos da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e Executivo, Munícipes, Comunicação Social e Funcionários da Câmara.

Nós CDS e PSD, a Coligação Palmela Mais, irá votar contra esta Saudação atendendo à linguagem utilizada e que não faz parte da nossa postura. Nesta Assembleia sempre temos defendido alguns princípios não votaremos favoravelmente esta Saudação do Bloco de Esquerda.

Aproveitamos para dizer que saudando o 25 de Abril e o 1º de Maio optámos por não trazer aqui nenhuma Moção porque fizemos uma Saudação ao 25 de Abril nos jornais, sendo que votaremos todas estas Moções mas preferimos encurtar o tempo e falar aqui de problemas dos munícipes mas não deixaremos de votar as Moções, sendo que saudamos o 25 de Abril e o 1º de Maio.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Voto de Solidariedade do BE *"Para com os Ativistas Angolanos"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar o Voto de Solidariedade, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre o Voto de Solidariedade foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este voto que o Bloco de Esquerda aqui propõe tem a palavra a CDU, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Se a Sra. Presidente me permite na Saudação que nós votámos favoravelmente, para mim, tem uma questão fundamental para eu poder desmistificar a posição da nossa bancada sobre este Voto de Solidariedade e que diz:" Ao longo do texto da Constituição da República Portuguesa, estão consagrados princípios da independência nacional, do respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade."

Depois Sra. Presidente, boa noite a todos os presentes e sobre este Voto de Solidariedade a primeira questão que a gente pôs é que a bancada da CDU não alinha em qualquer operação contra Angola e depois vamos justificar porquê.

Em segundo lugar consideramos que está em curso uma grande operação contra a soberania e unidade do Estado Angolano e que em Portugal é acompanhada de uma campanha orquestrada contra aqueles que como nós a denunciam e não se submetem às intenções dos seus promotores.

Terceira questão, as questões de solidariedade também nós podemos dizer, e assumimos, não recebemos lições de ninguém. Aliás, como é conhecido, muito antes do 25 de Abril estivemos na primeira linha contra o colonialismo e ao lado pelos povos que lutaram pela sua libertação e independência, nomeadamente Angola. Por isso não estamos com esta Moção e vamos votar contra.

Dizemos desde já, Sra. Presidente, que no fim da votação apresentaremos uma declaração de voto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raúl Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimentos todos os presentes.

Para não perdermos muito tempo, é lógico que o Partido Socialista no princípio de que a liberdade para nós é sagrada no sentido de não ter fronteiras, a liberdade e o combate pela liberdade faz-se num combate sem fonteiras sobretudo quando estão em casa a liberdade de expressão, a liberdade de opinião, seja ela em qualquer ponto do globo porque consideramos que está na nossa génese, e faz parte do nosso paradigma de estar na política, que um povo seja ele qual for sem liberdade de expressão e sem liberdade de opinião nunca terá a liberdade em plenitude.

Não é metermo-nos nos assuntos internos de Angola é metermo-nos nas questões da liberdade, dos direitos humanos que é uma declaração universal e não uma declaração local ou regional. É uma declaração para todo o mundo, e na declaração universal dos direitos humanos está lá, claramente, os diferentes tipos de liberdade e nomeadamente a liberdade de opinião e a liberdade de expressão.

Sem mais considerandos achamos que estes, ou outros, ativistas ou não ativistas, sejam cidadãos comuns, individualmente ou organizados, em qualquer parte do globo tem direito às suas opiniões e à sua liberdade de expressão. Neste caso é Angola mas poderia ser noutro país qualquer, noutra parte do globo, por isso votamos a favor deste Voto de Solidariedade.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? PSD/CDS por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Da parte da Coligação Palmela Mais o nosso sentido será o da abstenção. Não porque não prestemos solidariedade aos ativistas políticos, e há muitos, e não fazemos diferença entre ativistas mais à esquerda ou mais à direita, como aqui temos visto às vezes fazerem alguns grupos, nem fazemos diferenças entre ativistas até do ponto de vista religioso e da defesa dos direitos humanos.

Apraz-me ouvir as palavras do meu colega e líder de bancada do Partido Socialista, mas tenho sempre que relembra-lo quando aqui trouxemos e quisemos acrescer nalgumas Moções também a liberdade religiosa o PS na pessoa do seu líder achou sempre que não devia meter-se na religião. Isto não é uma questão só religiosa, há questões políticas, religiosas, é tudo uma questão de liberdade e com base nessa coerência nós vamo-nos abster.

No que diz respeito ao repúdio do processo judicial não nos costumamos imiscuir em processos judiciais quando não conhecemos o processo em si mesmo e a mim, particularmente, como advogada ainda me cairia mais mal fazer isso. Não quer dizer que não defendamos mais liberdade em Angola e em tantos outros países, inclusive países da América Latina, cujos países e regimes políticos foram aqui também defendidos por inúmeras bancadas na sua liberdade de expressão e com as quais à data não concordámos e o presente está-nos a dar razão. É caso para dizer às vezes temos que esperar que o tempo decorra para que o tempo nos dê razão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Vamos votar então."

Submetido o Voto de Solidariedade a votação, foi o mesmo rejeitado, por maioria, com nove votos a favor (oito do PS e um do BE), dezassete votos contra da CDU e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Reafirmando a defesa do direito de opinião e manifestação e dos direitos políticos, económicos e sociais em geral, a bancada da CDU sublinha a importância do respeito da soberania da República de Angola, do direito do seu povo a decidir, livre de pressões e ingerências externas, o seu presente e futuro incluindo o da escolha do caminho para a superação dos reais problemas de Angola e a realização dos seus legítimos anseios.

Reiterando a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos angolanos, não se pronunciando sobre as motivações dos cidadãos angolanos envolvidos neste processo nem sobre como as autoridades competentes angolanas intervieram no decurso deste, a bancada da CDU reitera a sua consideração que cabe às autoridades judiciais angolas o tratamento deste ou de outros processos que recaiam no seu âmbito no quadro do normal funcionamento das suas instituições e de acordo com a sua ordem jurídico-constitucional.

Mão esquecendo a longa guerra de subversão e agressão externa que foi imposta ao povo angolano e que tanto sofrimento e destruição causou, a bancada da CDU não acompanha campanhas que procurando envolver cidadãos angolanos em nome de uma legítima intervenção cívica e política visam efetivamente pôr em causa o normal funcionamento das instituições angolas e desestabilizar de novo a República de Angola com a invocação de argumentos e pretextos já utilizados para justificar a ingerência externa exercida sobre outros países nomeadamente no continente africano."

Saudação do PS *"Ao 25 de Abril e à Constituição"*

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo Marques** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está aberta a discussão sobre esta Saudação. Alguma questão? Tem a palavra António Mestre pela bancada da CDU."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes.

Era só para acrescentar que a bancada da CDU também se junta a esta Saudação votando favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma intervenção? Bloco de Esquerda, faz favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Naturalmente vamos votar a favor desta Saudação ao 25 de Abril e à Constituição que o PS aqui apresentou."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Muito bem, não há outras declarações votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação do PS *"1º Maio"*

Tomou a palavra a **Sra. Elisabete Cavaleiro** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre esta Saudação, Srs. Membros da Assembleia alguma questão?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sobre esta Saudação que o PS aqui apresenta, concordamos com o texto que vem aqui escrito e só vou fazer uma pequena ressalva que se está a tentar reverter o caminho que foi levado a cabo pelo anterior Governo do PSD/CDS que atentou contra os direitos dos trabalhadores reformulando um Código de Trabalho já de si muito penoso nos direitos e garantias dos trabalhadores e que fez com que a situação de muitas e muitos portugueses se agravasse nos últimos quatro anos. Repito que vou votar a favor desta Saudação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós continuamos na abstenção nesta Saudação, não porque não comemoremos o 1º de Maio mas pensamos que às vezes temos que repor a verdade. O Bloco, atualmente, é que a legislação do trabalho começou a ser revista também no tempo do Governo do Engº José Sócrates, talvez o senhor não esteja recordado disso. Em todo o caso não vamos agora aqui dar lições de direito, vamo-nos abster nesta Saudação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Então votamos esta Saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação do PS *"Os pinhalnovenses e o concelho de Palmela estão de parabéns"*

Tomou a palavra o **Sr. Bruno Grazina** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sobre esta Saudação, tem a palavra António Mestre da CDU."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Em relação a esta Saudação, primeiro começar já por uma pergunta. Os considerandos últimos constam ou não deste texto? Tudo bem, era mesmo só saber isso porque fazia sentido com o que iria desenvolver a seguir.

Em primeiro lugar esta questão do salvaguardar o oportunismo, ou não, foi uma posição de antecipação gira não deixa de ser de facto uma maneira de, efetivamente, puxar galões dum trabalho que está a ser feito mas digo, e reconheço aqui, que há já uma maturação em quinze dias excelente da parte do Partido Socialista. No dia vinte e um apresentaram a mesma Moção em que dizia: *"… o Governo do Partido Socialista diz que assina …"* e não assinava coisa nenhuma e não é o Governo do Partido Socialista é o Governo de Portugal. Esta alteração pessoalmente, a nós, como já tínhamos falado isso faz-nos sentido e ficamos contentes com essa tomada de posição, acho que é bom todos reconsiderarmos sobre aquilo que acordámos.

Se esta parte do conteúdo está correta e faz todo o sentido, não só para os Pinhalnovenses mas como vocês também o referem para o concelho de Palmela, acho que podíamos ser todos generosos e corretos com quem desenvolveu este trabalho, nomeadamente, as populações mas propunha que fosse acrescentado aqui porque existem formalmente, e acho que é mau para todos não reconhecermos e é mau para este Órgão não fazer este reconhecimento, que se saúde as comissões de utentes de saúde e a Junta de Freguesia de Pinhal Novo que muito lutaram por isto, citou há bocadinho vários movimentos em que nalguns estivemos noutros não mas isso vai do tempo que cada um pode dispor para estes momentos e é interessante partilhá-lo, mas também saudar aqui o trabalho da Câmara Municipal na cedência do terreno, na assunção de responsabilidades com espaços exteriores, projeto, lançamento de concurso que deveria ser um objetivo do Governo e que, mais uma vez, pautando e lutando pelos interesses dos Pinhalnovenses e do concelho de Palmela se dispor a assumir.

Concordando com isto tudo propunha que fosse feito este acrescento para tornar esta proposta mais completa e mais real com aquilo que aconteceu."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Antes de dar a palavra ao Partido Socialista dou a palavra ao Bloco de Esquerda sobre o tema."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Eu, como representante da bancada do BE, vou votar favoravelmente esta Saudação no entanto apraz-me dizer ou constatar que o Centro de Saúde do lado sul parece já ter passado para o papel ou estar aprovado, de facto, pelo Governo no entanto ainda haverá um longo caminho até que ele passe para o terreno. Depois

disso será que vamos ter ainda poucos médicos como existe na extensão do Centro de Saúde de Palmela em Pinhal Novo? Ou será que os problemas com a falta de médicos para a população do Pinhal Novo continuarão a existir?

A comissão de utentes de saúde, é curioso que eu tentei contactar com a comissão de utentes de saúde e não consegui encontrar um contacto sequer de alguém que pertencesse a essa comissão de utentes. De todo o modo como me considero já um Pinhalnovense, uma vez que já moro em Pinhal Novo há doze anos e adotei aquela terra para minha morada, incluo-me neste Saudação e vou votar favoravelmente.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada.

Tem a palavra agora do PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Bem, já vai longa a hora das Moções mas o que queremos dizer é que, já que estão todos a puxar os seus galões para os seus diversos partidos e autarquias, o anterior Governo tomou a decisão favorável e aí também todos se esqueceram. Como tal, se é para fazer justiça, ou se põe todos ou então nós não votaremos favoravelmente. É só isso que tenho para vos dizer e iremos abster-nos saudando, no entanto, a vinda do Centro de Saúde.

Já agora gostava que também trouxessem aqui uma Moção para o pavilhão da Escola de Palmela, aí também todos estaríamos de acordo com certeza.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos dar a palavra ao Partido Socialista para fechar a discussão agora."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Isto não é uma luta porque a única luta que aqui interessa foi a luta que levou à aprovação deste contrato-programa, à disponibilidade da autarquia para fazer parte, e por isso é que é um contrato-programa porque senão era uma decisão do Governo e não havia contrato-programa. É contrato-programa porque há um contrato que há-de ser feito entre o Governo e a autarquia em que o Governo tem a sua quota responsabilidade financeira, técnica e a autarquia terá a sua responsabilidade, também, noutros âmbitos ambos importante e ambos dimensionados também ao facto de ser a autarquia e ser o Governo da nação.

Agora dizer que estava aprovado, eu posso aprovar tudo mas se não concretizo no mínimo, nem sequer com a aprovação das verbas para o fazer, ou estou a gozar com as populações, e eu gosto pouco que gozem com as pessoas, e mesmo que fosse o meu partido a fazer uma coisa dessas não admitia que se dissesse que era uma coisa que estava aprovada. Estava aprovada mas não havia dinheiro, não havia contrato-programa, não havia nada. Havia uma vontade da comissão de utentes, havia uma vontade da população do Pinhal Novo, havia uma vontade dos partidos políticos nos diferentes órgãos autárquicos porque foi unanime, sempre, na necessidade deste Centro de Saúde. O PS tem culpas de não ter sido realizado mais cedo pelo que assumo aqui, porque o PS podia tê-lo feito mais cedo e não o fez, como membro do Partido Socialista com quarenta anos de militância também assumo aqui essa peje, devia ter mais cedo e devia ter tido a obrigação de o fazer. Não o fez, é feito hoje, estamos contentes por ser feito hoje, não por ser um Governo do PS com o apoio parlamentar da CDU e do BE, é feito porque a geringonça funciona, é feito porque as populações merecem, é feito porque uma direita não percebe o que é governar a favor das

populações e é feito porque, apesar de termos que fazer alguma austeridade, é possível mudar o paradigma da gestão, é possível mudar o paradigma da decisão e é possível fazer coisas a favor das populações mesmo com problemas financeiros. É só querermos fazer e querermos dizer e resolver os problemas mais prementes.

Em relação ao pavilhão da Escola já passaram aqui Moções, foi unânime, e ninguém me vem ensinar aqui o que é lutar pelo pavilhão da Escola, ponto final parágrafo. A luta do pavilhão continua a ser feita nos diferentes fóruns, pelas diferentes forças políticas, sem demagogia mas sempre a favor e quem me dera a mim amanhã, seja a CDU, seja o BE, seja o PS, sejamos os três, estarmos aqui a congratularmo-nos porque este Governo vai fazer um contrato-programa com a Câmara Municipal, com a autarquia, para resolver o problema da Escola Secundária de Palmela e resolver o pavilhão do Agrupamento de Escolas de Poceirão/Marateca. Nesse dia não somos nós que estamos contentes, somos nós como representantes das populações mas são essencialmente os jovens, as crianças, os professores, as comunidades educativas que ficarão contentes. É para esses e por elas que nós aqui estamos e não para tirar dividendos de nada.

Por isso mudámos o que tínhamos que mudar no texto, porque achávamos que foram razoáveis algumas críticas. Não temos a mania de estar na política com a verdade toda, não estamos na política para meter a cabeça na areia. Estamos na política para dialogar, para estruturar ideias, para defender ideias, para defender os interesses daqueles que nos elegem. Discordamos e muito mas a discordância é fundamental, como eu costumo dizer, é o coração da democracia. Discordar é uma coisa e não ser verdadeiro é outra.

Nesse aspeto vamos votar e concordamos que seja feitas aqui pequenas alterações ao texto, pelo que propunha que alguém da CDU fizesse essas alterações com o Bruno Grazina porque no espírito está cá e não temos problemas nenhum em fazer essa pequena mudança."

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então com este acrescento que o Partido Socialista assume fazer aqui vamos votar a Saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação da CDU *"25 de Abril e 1º Maio"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre esta Saudação, por favor quem deseja usar da palavra? Dou a palavra a Raul Cristóvão, Partido Socialista."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"É muito rápido e é só para dizer que vamos votar favoravelmente e, como todas as outras duas Moções do 25 de Abril, deixar aqui nesta última uma saudação aos militares mas também a todos e a todas que antes do 25 de Abril, muitas vezes pondo em causa o seu direito à vidam lutaram para que nós hoje possamos estar aqui, discordando, mas reunidos em liberdade e se não fossem esses homens e essas mulheres, mais ou menos jovens, não teria havido os Capitães de Abril e também não teria havido esta Democracia que temos.

Muito obrigado!"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Mais alguma intervenção? Tem a palavra Carlos Vitorino do PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Gostava, em primeiro lugar, de cumprimentar na pessoa da Sra. Presidente todos os presentes visto ser a minha primeira intervenção e referir que iremos votar favoravelmente esta Saudação que, de todas, nos parece a mais abrangente e completa e que merece obviamente o nosso voto favorável. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Tem a palavra José Manuel Silvério pelo Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos. Muito obrigada Sra. Presidente da Assembleia, apresento desde já os meus cumprimentos também os meus cumprimentos aos restantes membros dessa Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, aos Técnicos da Câmara hoje aqui em exercício de funções, à Comunicação Social ausente e alguns Munícipes que hoje estão aqui a assistir a esta sessão.

Eu tenho sempre muita emoção em falar do 25 de Abril porque eu tive o privilégio de quando aconteceu a revolução do 25 de Abril ter dezoito anos, era operário já há alguns anos, vivia em Lisboa no "olho do furacão" daquela transformação, acompanhei com muitos milhares de portugueses ao lado dos militares dando-lhes a força que eles, com certeza, necessitavam, e se sentirem com mais coragem e mais força, mas hoje eu estou confuso.

E estou confuso pelo seguinte, porque eu oiço as pessoas a falarem hoje no 25 de Abril e dá-me a impressão, ouvindo-os falar, que nós vivemos num país de dez milhões de democratas e antifascistas, é uma coisa incrível. Parece nós que ainda não saímos há pouco tempo, nós que vivemos num país que reconhecidamente ao longo dos anos fomos verificando, mas tivemos essa confirmação nos últimos quatro anos e meio até outubro passado, de pessoas revanchistas, recauchutadas, querendo fazer um acerto de contas com o 25 de Abril, ressabiados, pessoas que vêm de famílias que perderam os seus privilégios cá e nas colónias e não aceitam o 25 de Abril, e é fantástico como toda a gente hoje em dia quando fala do 25 de Abril é um antifascista, é um democrata, isso a mim causa-me impressão.

Eu neste momento estou mais virado para evocar a revolução de outubro de 2015. Hoje não se proporciona com estas Moções, mas terei oportunidade de aqui dizer da importância que aconteceu em outubro de 2015 porque sinto que é um insulto o que nós ouvimos diariamente na comunicação social e por esse país fora chamando de geringonça, pondo em questão a legitimidade de um Governo democraticamente eleito numa Assembleia democrática. A gente bem sabe que isto está tudo trocado porque chamam a casa da democracia nacional à Assembleia da República, aqui é a casa da democracia do concelho e a comunicação

social não passa patavina nenhuma a isto, e eu terei oportunidade se não for nesta sessão, que já vai alongada e não é por minha causa com certeza, de demonstrar, por a mais b, a legitimidade deste Governo, a legitimidade desta coligação, que tenha outro nome mas é um conjunto de partidos, que me deixa muito satisfeito e com esta idade é das maiores satisfações que tive até para acabar com umas certas hipocrisias que existem.

O que eu quero dizer é que eu tenho muita dificuldade, neste momento, poderia estar a falar aqui ene minutos porque tenho idade suficiente e vivi o 25 de Abril como poucos, não fui preso político porque não fazia política antes do 25 de Abril mas a partir desta data nos primeiros anos fiz política quase vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, é que me entristece ver pessoas que não têm nada de democracia, não têm nada de defensores do que foi a transformação do 24 para o 25 de Abril e falam como se fossem antifascistas e se não tiverem idade para isso dizem que tinham um avô que era antifascista, tinham um tio que era antifascista, tinham não sei quê e o que sabem é aquilo que aprendem pelos motores de busca da internet.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Podemos passar à votação?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Moção da CDU *"Pela reposição das Freguesias de Poceirão e Marateca"*

Tomou a palavra a **Sra. Rute Trindade** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Sónia Semião da CDU** ausentou-se da sala pelas 22:56 horas.

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta Moção quem pretende intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Isto está demorado mas são assuntos que são importantes e acho que temos que debatê-los. Nós votaremos a favor desta Moção, logicamente.

Este é um princípio que desde início nós defendemos e não tem a ver com governos centrais, tem a ver com as populações locais, tem a ver com os interesses do concelho e era bom que isto fosse unânime entre todos nós independentemente dos governos porque os governos passam, nós eleitos passamos mas as pessoas e as populações e os seus problemas ficam e a gente tem que, de alguma forma, estar aqui a defender aquilo que é melhor para elas e também aquilo que elas manifestam como desejo que é a separação dos dois territórios que se viu, sem ser surpresa para nós, que foi um erro porque foi mal feito, porque não houve critérios efetivos e foi contra a opinião, inclusivamente, da comissão que foi nomeada pelo Governo para estudar esta reforma. Claramente chegou-se ao fim e não tivemos uma reforma administrativa tivemos um agrupamento de freguesias a régua e esquadro, que se em algumas situações as pessoas poderão estar de acordo aqui neste território e neste caso concreto, que é o nosso e é isso que nos interessa, a maioria das forças políticas e das populações estiveram no terreno, lutaram, fizeram manifestações, abaixo assinados, reuniões e estivemos sempre contra.

Tenho a certeza porque sei que o Ministro Adjunto que tem este dossier é uma pessoa que conhece muito bem o nosso território, que está sensibilizado para esta situação e tenho a certeza que a intenção que há de em janeiro de dois mil e dezassete todos estes casos estejam resolvidos para que no próximo ato eleitoral autárquico já se possam ir a eleições separados, a não ser que alguma coisa aconteça mas é esse pelo menos em princípio o objetivo, e que esta esta luta sendo uma luta das populações e sendo nossa função, aqui, como eleitos defender essa luta e defender esses interesses será sempre uma vitória para as populações da Marateca e do Poceirão e será sempre uma vitória para todos nós que não deixamos cair estas bandeiras porque são bandeiras importantes para o território.

Muito obrigado."

O **Sr. Ricardo Marques do PS** ausentou-se da sala pelas 22:57 horas.

O **Sr. Bruno Grazina do PS** ausentou-se da sala pelas 22:57 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Agora sim dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado. Dizer que vou votar favoravelmente esta Moção e permita-me fazer uns considerandos em relação a esta Moção.

Para o Bloco uma verdadeira reorganização administrativa só pode ser possível com uma regionalização e não com uma reconfiguração do poder local ou das freguesias com agregação de freguesias e achamos que isto afastou os eleitos dos seus eleitores e nesse sentido isto não passou só de uma política desastrosa do anterior Governo PSD/CDS em concordância com a Troika que impôs todas estas condicionantes que mais uma vez fragilizaram as populações.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? PSD/CDS por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mais uma vez boa noite a todos e referir em primeiro lugar que nós iremos votar contra esta Moção até porque parece-nos que o título não tem a ver com a Moção.

Se nos dissessem que estava na altura de reequacionar algumas das agregações feitas, que estava na altura, de facto, de se fazer um apanhado da situação nós, se calhar, teríamos outra posição. Agora, de facto, aquilo que aqui se trata é do reverter, do revogar, do voltar tudo a que estava como antes ou seja é querermos colocar no mesmo patamar duas freguesias, como era Poceirão e Marateca, com uma dimensão territorial considerável e que, de facto, na nossa opinião na anterior lei essa parte deveria ter sido também acautelada a parte da dimensão territorial dos concelhos face ao número de freguesias e face à dimensão das freguesias, é estarmos a querer colocar no mesmo saco esta realidade com realidades que todos nós conhecemos e que sabemos que eram um caos. Não sei se, se, lembram da Assembleia Municipal de Barcelos e que, mesmo assim, ainda ficou com trinta e tal freguesias porque tinha oitenta.

Aqui é o reverter e nós vamos, de facto, relembrar também que os municípios se podiam ter pronunciado na altura e que uns o fizeram e outros optaram por não o fazer. Pensamos que pode haver uma reanálise das várias situações, pensamos que nalguns casos a reforma até ficou aquém porque, de facto, ainda há municípios com um número excessivo de freguesias e pensamos, também, que em casos como este poderia ser reequacionado. Agora o reverter por reverter, o revogar por revogar, de facto, isso é aquilo que não de deve fazer.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma bancada a querer intervir antes de passar a palavra à bancada da CDU para terminar?"

A **Sra. Rute Trindade da CDU:**

"Em relação à questão da abstenção, digo, voto contra do PSD/CDS eu só queria aqui deixar a esta Assembleia que o representante do mesmo partido político, da mesma cor política, em Assembleia de Freguesia da União de Freguesias realizada ontem votou favoravelmente esta Moção, o conteúdo era exatamente o mesmo.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem.

Então? Diga."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Esta é a vantagem de termos partidos livres em que as pessoas são livres de votar as suas opções.

Disse".

O **Sr. Ricardo Marques do PS** ausentou-se da sala pelas 22:57 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezasseis da CDU, seis do PS e um do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Rute Trindade da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:05 horas.

O **Sr. Ricardo Marques do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:05 horas.

Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos de Almeida Rodrigues

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Relativamente ao Voto de Pesar eu queria dizer o seguinte, o Partido Socialista tinha entregue o seu voto de pesar escrito e eu gostava, e já vão perceber porque é que digo isso, de apresentar uma versão que no essencial diz tudo o que aqui têm mas é um bocadinho mais completa porque refere-se, enfim, com algum detalhe ao percurso da pessoa de quem vamos falar.

O Voto de Pesar é a propósito do falecimento recente de José Carlos de Almeida Rodrigues e eu ia tentar, entre o que diz um e outro fazer-vos esta leitura:

José Carlos de Almeida Rodrigues, mais conhecido como Zé da Papa, foi um destacado cidadão do Concelho de Palmela.

Foi Membro da Assembleia Municipal entre 1980/1985, e seu Presidente entre 1986/1989.

Como desportista jogou futebol no Palmelense Futebol Clube e mais tarde andebol, tendo sido também durante vários anos Diretor e Presidente da Assembleia Geral do Palmelense Futebol Clube.

Foi Diretor da Sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros, onde foi agraciado com a "Palma de Louros" que é a mais alta condecoração atribuída por esta Coletividade aos seus associados. Foi também, Membro Fundador do Grupo Coral e Secretário do Conselho da Palma de Louros.

Quem com ele partilhou atividades e projetos ao longo dos anos, considera o José Carlos de Almeida Rodrigues, uma referência no Associativismo em Palmela pelo seu rigor, competência e grandes qualidades humanas.

Pelo seu percurso e exemplo de vida propõe-se que a Assembleia Municipal, delibere:

1-Aprovar o presente voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Carlos de Almeida Rodrigues, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

2-Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.

3-Enviar este voto, igualmente à Sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros e Palmelense Futebol Clube.

Pedia aos Srs. Membros da Assembleia que, se estivessem de acordo, fizesse-mos este minuto de silêncio."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Pergunto ao Partido Socialista se posso apresentar em nome da Assembleia como Voto único?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Completamente de acordo. O que era importante aqui era realçar o cidadão e a sua cidadania."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então Sras. e Srs. Membro da Assembleia vamos votar o Voto de Pesar."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Sónia Semião da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:12 horas.

O **Sr. Bruno Grazina do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:12 horas.

A Sra**. Rute Trindade da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:12 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminámos este Período de Antes da Ordem do dia, num tempo mais extenso do que o habitual mas eu penso que a natureza das matérias assim o justificava.

Nós ainda temos o período das interpelações ao Sr. Presidente da Câmara, o que eu queria sugerir era que isto fosse feito no contexto do primeiro ponto da Informação do Sr. Presidente da Câmara. Eu talvez desse a palavra ao Sr. Presidente para fazer a sua intervenção e depois se houver questões que ainda persistam, naturalmente ele estará disponível para responder.

Está de acordo Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra então PSD/CDS:"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sra. Presidente, a minha questão é à Mesa por isso é que pretendo fazê-la neste momento.

Relativamente às atas também não podemos deixar de felicitar os funcionários que conseguiram fazer as atas. Vamos na ata dezasseis, de vinte e sete de maio de dois mil e quinze, o que quer dizer que temos novamente um ano de atraso, não é?

Apresentámos em novembro de dois mil e quinze um requerimento no sentido de agilizar este atraso, e aguardamos resposta ainda ao mesmo da parte da Mesa bem como das cópias das reuniões das Comissões que se realizaram durante o mandato e que só recebemos uma. Pedia também à Mesa o cumprimento do requerido em vinte de novembro de dois mil e quinze, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Podemos continuar?

Então, agora sim, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, reitero os cumprimentos já apresentados.

Permita-me uma breve nota de prelúdio acerca das atas e da sua extensão, para dizer que eu, possivelmente ao contrário de outros Srs. Membros da Assembleia, não tenho problemas de tempo nem tenho preocupações com a extensão das sessões, estarei aqui o tempo que for necessário para responder às questões que me são colocadas. Possivelmente alguns Srs. Membros da Assembleia gostariam que eu não tivesse resposta, mas tenho e falo de coisas concretas. Por último dizer também acerca das atas que, por acaso, eu até ajudo na correção das mesmas, naturalmente preocupo-me com as minhas intervenções e não com a intervenção dos Srs. Membros das Assembleia e o secretariado pode confirmar que eu requeiro as atas, que as leio e nem que não durma mas farei as correções das minhas intervenções, atempadamente antes de chegar à Assembleia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, no período a que se reporta o presente relatório de atividade, apraz-me registar a admissão, por via de procedimento concursal, de nove trabalhadoras e trabalhadores para reforçar, em particular, as áreas operacionais que, como é do conhecimento geral, se encontram gravemente depauperadas. Este é um sinal positivo, apesar dos constrangimentos legislativos à contratação na administração pública, só possível pela recuperação do equilíbrio financeiro do Município. As nossas equipas são o nosso principal ativo e estou confiante de que continuaremos, com rigor e parcimónia, a desenvolver novos procedimentos concursais, para consolidar os setores mais necessitados, e a prosseguir os bons resultados, com investimentos, que aqui damos nota no relatório, na medicina do trabalho, enfermagem, higiene e segurança e formação (neste período de dois meses mil seiscentos e sessenta e quatro), para uma organização mais eficiente e saudável.

Neste período, foi concluído e enviado para a Direção Geral das Autarquias Locais, o Balanço Social 2015, documento que concorre para a construção de uma base de diagnóstico e de uma visão mais aprofundada sobre a organização. A trinta e um de março, a Câmara Municipal apresentava um efetivo de novecentos e seis trabalhadoras/es, sendo cinquenta e cinco por cento do total mulheres e quarenta e cinco por cento homens.

As Semanas das Freguesias, projeto emblemático que o Município vem implementando no primeiro semestre de cada ano, tiveram início em março com cinco dias de trabalho bastante profícuo na freguesia de Marateca. Reuniões com o Executivo da Junta, com o movimento associativo e a comunidade educativa, visitas a empresas, obras e projetos, reuniões públicas e atendimentos descentralizados são as principais componentes do programa destas semanas, que permitem identificar problemas, debater soluções e prestar contas, contribuindo para dar maior visibilidade aos valores endógenos de cada território. Na Semana de Marateca, gostaria de destacar a apresentação à comunidade do "Centro Rural Vinum", um projeto ambicioso que pretende sublinhar a vocação de Fernando Pó como aldeia vinhateira e que foi objeto de uma candidatura a fundos comunitários. Permita-me adendar a esta informação outro projeto que foi apresentado à Comunidade Educativa, nomeadamente o projeto de ampliação da Escola Básica de Águas de Moura.

Também no domínio da participação e cidadania, demos continuidade ao trabalho junto da comunidade educativa e apresentámos uma comunicação sobre o projeto "Eu Participo!" no Colóquio Internacional "Crianças, Cidade e Cidadania", realizado em Guimarães.

O Grupo de Trabalho constituído para concretizar o Plano Municipal para a Igualdade de Género concluiu, neste período, o Diagnóstico Organizacional, que preconiza medidas que já estamos a implementar. Março foi marcado pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, que assinalámos com um programa que apostou em iniciativas diversificadas, lado a lado.

Na Educação, é de sublinhar a entrada em funcionamento da plataforma informática de gestão de conteúdos educativos do Município – a denominada plataforma SIGA - que veio facilitar aos encarregados de educação a gestão dos serviços educativos da responsabilidade da autarquia, caso dos transportes escolares ou da aquisição de senhas de refeição. Este sistema apresenta, também, vantagens na gestão interna desta área de trabalho.

No segundo semestre do ano, teremos várias obras a decorrer para qualificação ou ampliação das nossas escolas, cujos projetos e procedimentos têm estado a ser preparados. Entretanto, procedemos, já, a ações de beneficiação e manutenção de edifícios escolares, no valor global de dezoito mil e quinhentos euros, com destaque para a requalificação do logradouro da Escola Básica de Águas de Moura, que aliás hoje tive o privilégio de ser convidado pelos alunos da escola para uma futebolada no período da manhã.

Terminou, em março também, o segundo curso "Aprender a Nadar" do presente ano letivo, com a participação de duzentas e quarenta e uma crianças, nas Piscinas Municipais de Palmela e de Pinhal Novo. Realizou-se, também, o primeiro período da fase inter-escolas dos Jogos Desportivos Escolares, envolvendo cerca de mil e trezentos alunas/os. O projeto, dinamizado pela Câmara Municipal, as Escolas Básicas Hermenegildo Capelo e José Maria dos Santos e as Escolas Secundárias com terceiro ciclo de ensino básico de Palmela e de Pinhal Novo, vive, já, a sua vigésima sétima edição.

Foi, também, com a comunidade educativa que celebrámos o Dia Internacional da Proteção Civil, através de uma ação de sensibilização na Escola Básica de Aires, com a participação dos Bombeiros Voluntários de Palmela e a colaboração do Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal. Demos, ainda, continuidade ao trabalho de formação sobre medidas de autoproteção e comportamentos seguros, junto de auxiliares de ação educativa, no âmbito da Academia da Proteção Civil. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi concluído e remetido para parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

No campo da ação social, a população de idade maior continua a ser alvo de particular atenção por parte do Município, que promoveu, em parceria com as nossas IPSS, o colóquio "Ser cuidador hoje: uma reflexão conjunta". Foram, também, dinamizadas ações de informática, no âmbito do "Clique sem idade", sessões de informação sobre as vantagens do Cartão Municipal Idade Maior e atividades integradas na iniciativa intergeracional "Flores, muitas flores da Arrábida – Entrecruzares de vivências, saberes e afetos". Neste período, foi atribuído apoio financeiro para a reabilitação do Espaço de Jogo e Recreio do Centro Social de Lagameças e foi cedida a antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Águas de Moura n.º 2, no Bairro Margaça, para instalação do Centro de Dia da União Social Sol Crescente da Marateca.

Demos, também, continuidade à execução das peças para o procedimento relativo à construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo-Sul, no âmbito dos compromissos que assumimos com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

O Centro Histórico de Palmela prepara-se para um período de intensa atividade. Foram preparadas, internamente, iniciativas como os "Mercadinhos de Palmela", "Álbum de Família" e "Um Centro Histórico de Oportunidades", que vão estar na rua a partir de maio, a par do projeto de voluntariado e cidadania "2 (de)mãos por Palmela". No que respeita à recuperação do edificado, sublinho a apresentação de uma proposta de metodologia de trabalho, com vista à construção da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e implementação da respetiva Área de Reabilitação Urbana já aprovadas.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal continua a avançar. Foi elaborada uma proposta de estrutura para o programa de execução e, na Planta de Ordenamento relativa ao solo rústico, concluímos a delimitação das áreas de edificação dispersa. Um trabalho imenso, referido por várias empresas e colaboradores da autarquia especialistas nesta matéria que, de facto, nunca viram um concelho com este

grande desafio desta natureza. No que concerne à revisão da Reserva Ecológica Nacional do concelho, deu-se continuidade à elaboração da proposta de exclusões à REN "bruta".

Nos dois meses a que reporta este documento, concluímos mais uma campanha de lavagem de contentores de resíduos sólidos urbanos, com capacidade para oitocentos litros. Foram higienizadas setecentas e oitenta e oito unidades, sendo que estamos a proceder à lavagem dos contentores quatro vezes por ano.

Na limpeza urbana, levámos a efeito, quer por administração direta, quer através de recurso ao exterior, uma grande campanha de erradicação de ervas daninhas nos passeios e espaços públicos em vários pontos do concelho – um trabalho ingrato, considerando as condições atmosféricas dos últimos meses, mas absolutamente necessário para melhorar a imagem das nossas localidades.

Em março, assinalámos o Dia Mundial da Floresta e a Semana da Primavera Biológica, com um conjunto de iniciativas onde destacamos a plantação de árvores na Mata do S. João, em Palmela, e na Urbanização Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo. Foi, também, realizada a primeira auditoria ambiental às famílias participantes no projeto Ecofamílias e teve início o período de inscrições para a cedência de talhões na Horta Comunitária de Quinta do Anjo.

O Dia Nacional dos Centros Históricos foi assinalado com uma conferência sobre Judaísmo e Inquisição na Península de Setúbal, que nos revelou um período pouco conhecido da história do núcleo mais antigo de Palmela e, em particular, da vivência no edifício que hoje acolhe o Espaço Cidadão.

Da atividade desenvolvida pela Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, destaco a participação de cerca de oito centenas de crianças das nossas escolas nas sessões da Hora do Conto – Tasca Caramela "O Sopas", desenvolvidas no âmbito do Programa de Animação do Livro e da Leitura, centrado, este ano, no tema Sopa Caramela. Continua, também, o projeto "Palavras na nossa terra", que promove encontros mensais na Biblioteca de Pinhal Novo para debater a vida e obra de um poeta nacional. Sobre a Sopa Caramela é caso para dizer que dizem que as crianças não gostam de sopa mas acho que as sopas não chegaram para as encomendas.

A Noite de Serenatas, em Poceirão, ou a Queima do Judas, em Palmela, foram duas das principais iniciativas de cariz cultural que o Município desenvolveu, em parceria com a comunidade, no período em apreço, que contempla, também, as celebrações do Carnaval, um pouco por todo o concelho, e os espetáculos que assinalaram, no Auditório Municipal de Pinhal Novo e no Cine-Teatro S. João, o Dia Mundial do Teatro.

O Dia Nacional do Estudante e o Dia Nacional da Juventude são mais duas efemérides que celebrámos em março, com a vigésima primeira edição do "Março a Partir", resultado do trabalho realizado, ao longo do ano, pelo grupo de trabalho do projeto, verdadeira escola de participação para as jovens e os jovens do concelho. O programa congregou quarenta e oito atividades, dinamizadas por trinta e seis associações juvenis, grupos informais de jovens e entidades com trabalho direto com a juventude, com o apoio do Município, e contabilizou mais de cinco mil participantes. Os promotores do mês da juventude organizaram, também, o primeiro "Warm Up – Março a Partir", concurso de bandas amadoras do concelho de Palmela, que deu visibilidade aos novos projetos de música moderna.

O nosso concelho é, cada vez mais, procurado por entidades associativas e empresas, para a realização de iniciativas de carácter desportivo – tendência que irá acentuar-se nos próximos meses – e neste período de grande atividade, permitam-me que sublinhe, além das provas do calendário regular dos nossos Programas de Desenvolvimento Desportivo, alguns eventos de grande notoriedade, realizados com o apoio do Município: o XX Meeting de Lançamentos de Quinta do Anjo, o XXVIII Passeio Cicloturista de Pinhal Novo, o PINHALNOVOGYM, o Tour Cycling 2016 ou a Copa Buffalo Jiu-Jitsu.

No que respeita a equipamentos, foi concluída a remodelação do Espaço de Jogo e Recreio do Sobral de Quinta do Anjo, num investimento de vinte e dois mil euros, e deu-se início, também, à remodelação do polidesportivo da Lagoinha que vai estar pronto no dia trinta e no dia um de maio já lá se joga.

Os apoios financeiros atribuídos para a área desportiva, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, somaram, neste período, sessenta mil euros.

Centenas de intervenções foram executadas na rede viária, por administração direta, nas cinco freguesias do concelho. Da reparação de vias e calçadas à limpeza de bermas e reparação de passagens hidráulicas, estas intervenções – que destaquei, também, no relatório anterior – são bem demonstrativas da capacidade de

trabalho das nossas equipas e da importância de continuar a apostar no serviço público. São, também, as equipas municipais que garantem um intenso trabalho de apoio técnico e logístico a várias entidades externas, para a concretização de iniciativas de âmbitos muito abrangentes.

Concluídas as pavimentações do Aceiro dos Arraiados, em Pinhal Novo, e da Rua Miguel Cândido, em Cabanas, demos início à requalificação da baixa e da zona comercial de Águas de Moura, com posterior ligação à EN5, projeto que entretanto terá desenvolvimentos nos próximos meses.

Porque acreditamos nos nossos produtos endógenos e na capacidade de atração turística deste território, e porque queremos partilhar com o mundo aquilo que temos de melhor, participámos, neste período inicial do ano, em dois certames de grande prestígio e importância estratégica para a promoção da oferta turística e do nosso calendário de atividades: a Bolsa de Turismo de Lisboa e a Feira de Turismo ITB Berlin, na Alemanha, eventos que permitiram o contacto com variados operadores turísticos internacionais e onde os nossos vinhos, queijos e doçaria despertaram a atenção do público.

O Município continua a apoiar a dinamização do tecido económico local e a fixação de investimento, e nesse sentido, colaborou com a Associação Tempos Brilhantes, na promoção de quatro oficinas de Empreendedorismo Prático, e com o IAPMEI, na realização do Dia do Atendimento Descentralizado em Palmela, cujo interesse resultou, já, numa segunda data.

Para concluir esta intervenção, gostaria de salientar que estes meses iniciais do ano foram marcados por uma alteração à estrutura orgânica do Município, que, como é do vosso conhecimento, deu origem à criação de novas unidades orgânicas e à rearrumação de outras. Não se trata, ainda, da estrutura ideal, mas o reequilíbrio financeiro do Município permitiu-nos avançar com estes ajustes que, embora importantes para uma gestão mais equilibrada, influenciaram a vida interna da organização ao longo do trimestre.

Mais do que um período de concretização visível a partir do exterior, os meses de fevereiro e março foram riquíssimos no campo do planeamento de centenas de candidaturas, obras, projetos e atividades que o Município levará ao terreno, em particular, no segundo semestre deste ano.

Disse Sra. Presidente, estou disponível para as questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia questões que queiram colocar ao Sr. Presidente, tem a palavra o Bloco de Esquerda, em primeiro lugar, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Vou dar a conhecer algumas ideias que foram surgindo de munícipes do concelho que se deslocaram até mim para as transmitir e aqui as partilho com a Sra. Presidente e com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de que possa dar seguimento a elas o mais breve possível.

A colocação de mesas e cadeiras na área de sombra proporcionada pelos pinheiros no jardim junto ao mercado mensal do Pinhal Novo. Uma vez que houve um desbaste da copa inferior dos pinheiros e agora permite haver ali um espaço de lazer que pode ser aproveitado desde que há as ditas cadeiras e mesas ali.

Depois a falta de relva nos logradouros e espaços verdes na urbanização vulgarmente chamada por Salgueirinha, também no Pinhal Novo.

Já muito se falou aqui na Quinta do Anjo e eu vou transmitir que há queixas por parte dos moradores da urbanização dos Portais da Arrábida relativamente à recolocação ou necessidade de recolocação dos postes de iluminação que estão em conflito com algumas árvores, uma vez que na altura em que as árvores atingem a sua maior folhagem elas cobrem o poste e isso deixa de haver iluminação naquele local que é logo à entrada quando se entra nos Portais da Arrábida, rua Vasco da Gama salvo erro.

Depois na Quinta do Outeiro, junto ao Centro de Saúde de Palmela, há indicação de uma deficiente limpeza dos passeios e áreas adjacentes. A moradora disse-me que nota pouca frequência dos operacionais da Câmara na limpeza desta área.

Há uma recomendação para pedir a divulgação nos boletins municipais dos procedimentos para recolha dos monos, quais são os dias em que são recolhidos e como é feito a recolha por parte dos serviços da Câmara.

Por último Sr. Presidente, esteve um munícipe da zona de Aires a levantar questões relativamente ao trânsito naquela zona, permita-me só aduzir os seguintes considerandos. De facto o Sr. Presidente tem uma estratégia bem definida o que faz bem é a Câmara, a Câmara faz bem, o que é mal feito é feito pelos promotores ou pelos construtores. Acho que já é tempo de fazer também um "*mea culpa*" das suas responsabilidades daquilo que não foi bem feito, uma vez que a parte do licenciamento é feita pelas Câmaras, pela Câmara Municipal de Palmela neste caso, e acho que o Sr. Presidente deve ter a informação daquilo que é edificado ou dos acessos que são feitos naquela zona.

Disse Sr. Presidente e espero que possa dar-me respostas a estas questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra José Manuel Silvério do Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Para complementar a minha apresentação em relação à anterior intervenção, quero apresentar os meus cumprimentos à Comunicação Social presente.

Permita-me Sra. Presidente da Assembleia porque o Sr. Presidente começou por referir-se à minha intervenção sobre as suas longas intervenções com implicações nas atas, eu quero Sra. Presidente da Assembleia dizer que registei que o Sr. Presidente tem todo o tempo disponível nestas Assembleias para intervir, e espero que a Sra. Presidente seja condescendente também com os Membros da Assembleia nas suas intervenções, e que tem acesso à correção prévia das suas intervenções nesta Assembleia e como se trata da transcrição gravada estarei atento ao que diz aqui e ao que virá transcrito nas atas.

Em relação à questão que eu quero colocar Sr. Presidente, ou colocar à Mesa da Assembleia por interposta Mesa da Assembleia, é sobre o abastecimento de águas no concelho.

Sobre as análises, podemos ver nesta Atividade Municipal e noutras que eu tenho verificado, há muito pouca informação sobre a atividade das análises das águas do nosso concelho fornecidas pela autarquia. A pergunta que lhe gostaria de fazer é se os munícipes de Palmela têm assegurado por parte de quem fornece a água, e a Câmara terá que zelar pelos interesses dos seus munícipes, toda a garantia de consumir água nas suas torneiras nas condições ideias. A maior parte dos consumidores de água do Município de Palmela ou compra a água engarrafada para beber ou tem filtros antes de a consumir. Estando nós a poucos dias de maio não será preocupante estarmos ainda à espera, vem aqui na página trinta e oito, do cabimento para o ajuste sobre o controle da água que vai do próximo maio a dezembro deste ano. Gostaria que o Sr. presidente esclarecesse sobre essa questão.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Registo agora um pedido de intervenção do PSD/CDS."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento em seu nome todos os presentes, o que ainda não tinha feito.

As minhas questões ao Sr. Presidente, algumas já as coloquei e vou voltar a colocar uma vez que, de facto, não foram resolvidas e são todas, parece-nos, importantes.

Mais uma vez o estacionamento de pesados, na Assembleia Municipal onde coloquei esta questão ao Sr. Presidente o Sr. Presidente diz que o estacionamento de pesados na área sul de Pinhal Novo é um caso de polícia, era um caso de polícia, eu não gravei mas apontei, de facto, que era um caso de polícia e que também o Sr. Presidente afirmou nessa altura que os proprietários, ou as empresas, de pesados viam-se na obrigação de estacionar perto de casa porque fariam muitas horas, o que era imposto pelo seu trabalho, e eram obrigados a levar, digamos, os carros de trabalho para casa e que isso também justificaria o facto de eles ali estarem, justificando assim esse estacionamento.

Entretanto sabemos que existe na freguesia de Palmela um parque de estacionamento dedicado a pesados, mas sabemos também que esse parque é evitado pelos proprietários, ou empresas proprietárias, por considerarem não haver as condições de segurança necessárias e daí transportarem os pesados para as zonas habitacionais. A pergunta ao Sr. Presidente é para quando então rever a situação do parque de pesados, que existe de facto, na questão da segurança de maneira a que os pesados estacionem nesse parque e não nas zonas habitacionais.

Em segundo lugar, e também foi uma questão que já trouxe aqui e na altura nem sabia o nome, é a questão das placas refletoras nos sítios das estradas municipais e aceiros onde existem manilhas. O Sr. Presidente fez a sua função de me esclarecer que essas ditas placas refletoras se chamam *tevlons* e, de facto, eu tive o cuidado, e o Sr. Presidente disse na altura que eles já lá existiram mas a maior parte dos munícipes dedica-se, no fundo, a roubar essas placas refletoras, também registei Sr. Presidente, também registei, as pessoas roubam, as pessoas levam, nós pomos, as pessoas tiram. O Sr. Presidente conhece-me e sabe que eu além de viver há trinta anos no Pinhal Novo vivi mais dezasseis, dezassete dia dois de maio, na Lagoa da Palha e eu tive o cuidado, porque conheço muitos munícipes, de perguntar às pessoas se alguma vez viram aqui placas refletoras nestes sítios e não, nunca viram. Sr. Presidente, aqui nem é sequer a questão de terem visto ou não terem visto, o que é facto é que em todos os sítios onde existem manilhas, o Sr. Presidente não gosta destas interpelações eu peço desculpa mas é para isso que cá estamos, estão pintados alguns estão partidos e não se vê porque a vegetação cresce, etc., pelo que convinha haver uma requalificação, pelo menos.

Outra questão que queria colocar, e que já tive oportunidade de colocar na Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo na última Assembleia ordinária de vinte e dois deste mês, é a questão daquele desnivelamento que cria inundações na rua António Sérgio. O Sr. Presidente da Junta de Pinhal Novo fez o favor de esclarecer que, de facto, esse problema está assinalado mas ainda não existe concretamente data para que ele seja resolvido. A pergunta é se o Sr. Presidente já tem alguma data para essa intervenção que, nomeadamente, me parece importante que seja antes de começar a nova época das chuvas uma vez que aquela rua inunda completamente.

Sobre a paragem de passageiros da rua António Sérgio também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia fez questão, e muito bem, de referir que é uma questão que já está avaliada pela Câmara, que já foi identificada. A paragem de passageiros da rua António Sérgio está num passeio muito estreito que faz confronto com um muro e não dá para as pessoas se desviarem pelo que convém ser recolocada ou pelo menos repensada. A pergunta para o Sr. Presidente era se têm data para essa recolocação ou se já pensaram eventualmente o que fazer.

A outra pergunta tem a ver com as lombas. De facto as lombas começaram a surgir no Pinhal Novo, eu não vou dizer como mato porque não são mato, mas não sei quantas foram, sei que houve uma empreitada para criar lombas no Pinhal Novo. Eu não sou técnica de lombas, nem técnica de estradas, mas gostaria se saber porque é que a lomba da avenida Infante D. Henrique é a única mais estreita que todas as outras e que possivelmente, não sei qual é o critério, deverá haver alguma razão e não quero aqui dizer que já não havia dinheiro e então a lomba ficou só por metade, porque não é. Ainda hoje ia a passar, e passam lá peões, aquela lomba, de facto, não é uma passadeira só que as pessoas vêm aquele pedaço ali mais alto e tem riscos brancos que não cobrem a lomba e entendem aquilo como passadeira e passam o que se torna

perigoso. Das duas uma, ou uma sinalização a dizer que não é passadeira ao contrário de outras que têm sinalização ou tentar perceber de que forma é que podemos fazer.

O estado de degradação da rotunda da entrada sul de Pinhal Novo que dá acesso à rua 25 de Abril, que vai passar na adega ASL Tomé, essa lomba está completamente desnivelada e já tem vários remendos. Eu tenho um carro alto e posso dizer que é muito, muito, agressivo para o carro e ainda para mais está na entrada do Pinhal Novo, na zona sul, e confronta com uma placa que diz "Seja Bem-vindo a Pinhal Novo" o que até em termos turísticos acho que era importante termos ali uma rotunda como deve ser.

Em termos das palmeiras que foram sendo na avenida dos Ferroviários, perguntar ao Sr. Presidente se há um plano de substituição. De facto elas foram cortadas por segurança, e isso ninguém dúvida, devido à impermeabilidade dos solos mas saber se vão ficar lá permanentemente aqueles restos ou se poderão ser substituídas, por exemplo, por árvores autóctones que era o que me pareceria mais lógico mas deve ter sido o construtor que impôs as ditas palmeiras, digo eu.

A pergunta final é para quando um plano de acessibilidades para pessoas como mobilidade reduzida em Pinhal Novo, nomeadamente em sítios como clínicas médicas. As clinicas médicas, de facto, podemos dizer que lhes caberá essa incumbência mas, de facto, é raro o sítio onde pessoas com mobilidade reduzida, e nós temos muitas, podem dirigir-se a uma clínica médica e ter os acessos facilitados.

Disse, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não vi outros pedidos de intervenção, então vou passar a palavra ao Sr. Presidente para, tão brevemente quanto possível uma vez que já é meia-noite, responder às questões."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Naturalmente cada questão merece ser respondida e detalhada e, portanto, peço a sua benevolência para me deixar responder na plenitude.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, muitas delas são naturalmente pertinentes e merecem o seguinte esclarecimento. As mesas e cadeiras na área de sombra dos pinheiros estão pensadas, é uma proposta do Município e de moradores da zona e já agora esclarecer que os pinheiros tiveram que ser desbastados por uma questão sanitária, uma questão de arejamento e desenvolvimento de todos porque, de facto, as copas tocando umas nas outras não permitia que eles se desenvolvessem e, aliás, alguns já estavam doentes.

Sobre a falta de relva nos logradouros e espaços verdes na urbanização da Salgueirinha, os espaços vão deixar de ser relvados. Nós temos um projeto chamado "(A) Gente do Bairro" e há uma proposta por parte de moradores de substituição de alguns daqueles relvados, um deles até por hortas, e doutros de calcetamento ou de repavimentação com outro tipo de pavimentos. Em breve teremos oportunidade de ter o projeto para o local que é um projeto discutido com os residentes, que aliás já o ano passado haviam sido desafiados para uma reunião na Junta de Freguesia sobre o assunto.

Portais e recolocação de postos de iluminação, desenvolvimento de copa de árvores, enfim os postes já lá estavam e as árvores vão crescendo mas, naturalmente, o Sr. Vereador tomará nota da questão para ver se há de facto a necessidade de relocalização ou se é uma questão de poda de árvores ou de reforço de iluminação através de outros postes.

Na Quinta do Outeiro devo dizer-lhe que há duas questões, há as zonas públicas rececionadas e há os lotes que têm muito mato. Nos passeios procuramos fazer a limpeza de acordo com os meios que temos e temos tido, também, contacto com moradores no Orçamento Participativo que vão propor também um projeto de intervenção. É um loteamento abandonado, com seguro-caução em alguma *offshore* não válido, já procurámos acionar juridicamente. O Município o primeiro compromisso que tem com os moradores da zona está no plano de investimentos e é a consolidação da encosta do Outeiro, que é uma questão de segurança,

o resto, os passeios, a limpeza, etc., estamos permanentemente a ir ao local mas não conseguimos é fazer tudo de uma vez com poucos recursos.

Relativamente aos procedimentos de recolha de monos, nós podemos sempre voltar a divulgar, mas está colado em cada contentor um autocolante que diz quais são os dias da deposição.

Promotores, mal feito, etc., meu amigo essa questão para mim não enfio o barrete. Primeiro não foi isso que eu disse, eu não disse que o promotor fez aquela obra mal feita. Ela está muito bem feita, é uma escapatória para quem quer sair do coração de Aires, da zona da Urbiaires e de outros sítios, para ter acesso à avenida dos Caminhos de Ferro e até quiçá para ter acesso à nacional às "Casas da Quinta". Porque doutra forma, dá-me licença eu não o interrompi Sr. Membro da Assembleia, é que as pessoas tinham que ir todas à nacional 252 para Aires para ir ao cruzamento do Intermarché, possivelmente para ir para o Poceirão ou outro sítio. Eu não disse que aquilo que os promotores fazem está mal feito, o Município não enjeita responsabilidades, se as tiver, agora nesta matéria do trânsito o Município não tem responsabilidade. Aquilo é um perímetro urbano consolidado com aquela configuração, são loteamentos que foram feitos há quarenta anos, aquelas ruas de Aires que aqui falámos, e o mundo mudou há mais carros, há mais gente, agora o Município tem a responsabilidade de estudar alternativas, de tornar ruas de dois sentidos por sentido único, de criar bolsas de estacionamento, e é disso que estamos a trabalhar para Aires. Não admito que o senhor faça interpretação de coisas que eu não disse, porque eu não critiquei o promotor.

Sr. José Manuel Silvério, eu recebo as atas quando as atas são enviadas para os senhores. Agora mando as correções não no dia da reunião, mando antes para poderem ser incluídas.

Segunda questão, abastecimento de água, ajuste para análise de água. Deixe-me dizer Sr. Membro da Assembleia, merece um esclarecimento porque a sua questão é pertinente, nós temos as análises de água em dia. Quando quiser conhecer as análises elas estão publicadas no site da Câmara, estão também nos editais, nos locais de estilo, e pode ainda recorrer a uma entidade que é a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas onde vai ver a classificação da água segura no concelho de Palmela e, portanto, convido-o a conhecer esse indicador. Eu por acaso até tenho uma aplicação, que pode ser descarregada no telemóvel, da Entidade Reguladora de Águas e aí todos os munícipes, todos os cidadãos podem consultar o desempenho do Município de Palmela no que diz respeito a essa matéria e garanto-lhe que é noventa e nove vírgula muito próximo dos cem por cento.

Depois não há qualquer atraso, o que aconteceu é que dantes nós tínhamos várias empresas a trabalhar nesta área na nossa região, e até no país, e muitas infelizmente desapareceram. O concurso que fizemos atempadamente como sempre fazemos, como deve calcular esta é uma matéria que para nós tem que estar na ordem do dia porque nós somos melhores do que os privados e do que as concessões nesta área, o que aconteceu é que ficou deserto e obviamente nós independentemente do cabimento temos cabimentos para ajustes diretos. Nós estamos a fazer as análises a tempo e horas, pode ficar tranquilo, através do procedimento de ajuste direto, entretanto vamos ter capacidade de criar nas alterações orçamentais verba para depois voltar a fazer aquilo que nós queremos que é para fazer para um ano, ou dois, e estarmos descansados, mas não tem havido da parte das empresas capacidade de resposta porque há menos empresas. Aliás posso dizer-lhe que os municípios da região até estão seriamente a pensar em criar um laboratório intermunicipal, porque é um trabalho que ultimamente poucas empresas fazem e começa a criar dificuldades aos municípios que querem, naturalmente, ter isto em dia. A história é esta, foi apenas um procedimento que ficou deserto, fizemos ajuste direto e eu, na semana passada ou nesta semana, voltei a assinar autorizações de despesa para isso. Tranquilos.

Sra. Membro da Assembleia Teresa Joaquim, felizmente aquilo que eu digo está nas atas. Quem a ouve falar isto é uma questão de estilo, e de modo, e de aproveitamento e de paráfrase porque a senhora pode com habilidade tentar pôr-me a chamar ladrões aos munícipes mas não foi esse o enfoque. Está gravado, faça favor depois de consultar. O que eu disse é que, efetivamente, há acidentes que destroem a proteção dos atravessamentos hidráulicos, há um murete e amiúde esse murete é partido, ouça, às vezes até pelos nossos serviços quando estão com a máquina a desmatar. Dantes eram feitos em betão armado, hoje são feitos em tijolo precisamente por causa dos acidentes, para evitar males maiores quando há esses despistes ou quando há pessoas que vão para a berma da estrada e não deviam de ir. Os *tevlons* nas principais estradas municipais foram colocados em dois mil e treze uma quantidade de *tevlons* novos e, infelizmente, há muitos que são roubados mas não foi esse o enfoque da minha resposta. O enfoque da minha resposta é

aquele que eu lhe digo, nós procuramos quando fazemos a desmatação os que estão partidos repor. Mais ultimamente se verificar nalguns, porque isto é bom a gente não ver só uma ou duas estradas por onde passamos, há-de reparar que nós já não colocamos *tevlons* e temos estado a pintar, nas zonas que têm resguardo em betão, ou tijolo, os *tevlons* em preto e amarelo por uma questão de visibilidade, de alerta e de segurança. Nós temos isso no nosso plano de trabalho, vamos fazendo, mas não vale a pena tentar manipular aquilo que eu disse.

Estacionamento de pesados, também nessa matéria aquilo que eu disse está gravado. Nós estamos a trabalhar sobre essa matéria até com um grupo de motoristas que lá deixam os carros. É um caso de polícia porque, naturalmente, a GNR tem que fazer cumprir, se há gente que põe os carros em sítios que não deve colocar. Alguns até têm o cuidado de colocar em espaços livres longe das habitações, ainda assim é um incumprimento face àquilo que está estipulado para os perímetros urbanos, mas há motoristas que têm esse cuidado mas há outros que acham-se no direito de estacionar debaixo de varandas, de pôr os motores a trabalhar às quatro e meia da manhã ou de destruir a calçada que é paga por todos nós, portanto a GNR tem de atuar fazendo cumprir a lei e os regulamentos.

Nós, no parque de pesados, fizemos recuperação da rede, metemos o portão a trabalhar, afinámos a iluminação pública, vamos marcar o pavimento de acordo com um projeto que foi discutido com os motoristas porque daquela forma consegue-se meter lá mais seis ou sete pesados, há disponibilidade de uns que deixaram lá uns atrelados para tirar e criar espaço. Depois há outra questão, é se querem portões fechados, etc., vão ter de pagar, naturalmente, e nós depois traremos aqui à Assembleia para os senhores aprovarem a taxa respetiva, se é isso que pretendem, mas garanto-vos que estamos sobretudo interessados em fazer o processo de trabalho que já tivemos no passado e que, infelizmente, devido à situação económica de algumas empresas acabou por expirar que é contratualizar com uma ou duas empresas que, ao invés de um ou outro motorista por conta própria ou empregado por conta de outrem que deixam lá os pesados, têm maior número de veículos da sua empresa naquele local e estamos ali a procurar criar ali uma partilha de responsabilidades em que o erário público possa investir algo na segurança e que eles possam, também, comparticipar porque são eles os grandes utilizadores. Que eu saiba não é justo que os munícipes estejam a pagar o estacionamento doutros, pelo menos eu quando vou a qualquer cidade que tenha estacionamento pago não peço para ninguém me pagar o meu estacionamento, portanto é nessa matéria que estamos a trabalhar.

Repavimentação da rua António Sérgio, está no nosso plano de trabalho no âmbito da conservação permanente. O objetivo é fazer uma repavimentação que nivele o pavimento e que possa encaminhar com maior eficácia as águas para os sumidouros existentes e admitimos a colocação de um outro sumidouro. Acontece que aquela via que depois de ter sido feito o viaduto da REFER, depois de ter tido lá um rasgo de intervenção de gaz, pluviais, etc., não ficou como foi feita no início do loteamento e, portanto, nós teremos que fazer essa correção e já o tinha assumido, penso que na reunião em que me colocou a questão.

A questão da paragem é uma questão mais complexa, repare se quer falar com propriedade no assunto acompanhe o meu raciocínio. Então se, se põe a paragem para o meio da rua temos o passeio estreito se pomos no entroncamento não cumpre as regras porque o autocarro não pode parar no entroncamento. E agora onde é que está o espaço público? Não está, é um loteamento com lotes, com questões de desaguisados, entre o senhor que tem lá ainda umas instalações e o outro loteador, e ainda assim nós estamos a trabalhar no assunto e mais nós até queremos lá meter um abrigo o que é ainda mais complexo porque não podemos meter o abrigo naquele passeio. Estamos a trabalhar nessa solução, possivelmente teremos que pôr o abrigo em espaço privado mas estamos disponíveis para "ir à guerra" com o promotor e achar forma de negociar com ele esta situação, nem que seja transitória, para poderem as pessoas esperar pelo autocarro em comodidade e segurança sendo que o principal problema não é tanto o passeio estreito, as pessoas estão no passeio e ninguém vai lá acima do passeio, é, de facto, quando as águas se acumulam levam ali uns banhos sem poder fugir para lado nenhum, portanto estamos a trabalhar nessa matéria.

Sobre as lombas, a empreitada de lombas não foi só para Pinhal Novo foi para todo o concelho e devo dizer-lhe que temos lombas e temos passadeiras e cada uma delas foi muito debatida, muito analisada pelos nossos serviços, mas quero dizer-lhe que todas elas foram solicitadas por muitos, muitos, munícipes. Mas nós temos é mais cem pedidos de lombas aos quais não demos provimento por questões de segurança, por questões técnicas, por serem em eixos estruturantes, por passagem de viaturas e de ambulâncias da proteção civil, entre outras, e estamos a meter lombas ao mínimo porque nós somos contra as lombas,

estou farto de dizer isto ao longo de anos. Para nós são bandas cromáticas e é cidadania que é o respeito por um sinal que diz setenta e que depois passa a cinquenta e que ninguém respeita. Mas, de facto, nalguns casos mais vale prevenir que remediar e temos colocado as lombas, mas não fazemos a vontade a todos os munícipes e quando é preciso, tecnicamente, sustentar que não, dizemos que não.

Aquilo que acontece na Infante D. Henrique era reclamado há muito tempo porque, de facto, as velocidades estonteantes não existiam apenas de quem vem do viaduto da zona da Palhota para Pinhal Novo, que aliás abrandou quando metemos lá uma passadeira sobrelevada mesmo "nas barbas" da GNR. É que a velocidade estonteante depois de fazerem a passadeirazinha dum restaurante que também tem ali um estacionamento bonito, mas a não ser que fechemos o restaurante ou então que obriguemos a fazer um estacionamento subterrâneo, ou aéreo ou nalgum terreno ao lado, mas isto é giro porque se fosse um espaço de comércio novo se calhar podíamos obrigar ao cumprimento de determinados rácios de estacionamento, mas como era o aproveitamento dum alvará e de um comércio antigo que já tinha uso para comércio e restauração aquilo foi feito noutros tempos, pronto, e a estrada era aquela. Mas isto para dizer que quem ultrapassa aquela lomba voltava a acelerar e, enfim, aquele entroncamento/cruzamento com a 1º Janeiro e António Sérgio deu ali vários problemas. Aquilo que lá está é uma lomba e está perfeitamente sinalizada, nós temos que nos penalizar é por termos demorado a pintar, que isso foi um facto, porque chovia, a empresa não ia e depois quando ia começava a chover outra vez. Houve um atraso entre a execução do betuminoso e a pintura e isso admitimos que não correu bem, mas está lá um sinal de lomba e as lombas são pintadas daquela forma não conheço outra. O que eu proporia à Sra. Vereadora era pôr a anteceder a lomba mais umas bandas cromáticas que é para avisar alguém que tem que ir mais devagar naquela zona. Ela é mais estreita por isto, as lombas são mais estreitas são largas quando são as passadeiras e, tecnicamente, é isto que eu conheço um pouco por todo o país e por todo o mundo.

As palmeiras não vão ser substituídas, naturalmente. Aquelas palmeiras foram admitidas no processo de loteamento há quase duas dezenas de anos, deram ali um ar tropical à coisa, toda a gente dizia que aquelas palmeiras porque não eram *"canariensis"* não iam ter o problema do escaravelho da palmeira mas, enfim, não foi possível e acabaram por padecer, também, desse problema e do apodrecimento. Têm sido feitos tratamentos, alguns desbastes complicadíssimos porque é preciso mobilizar gruas, etc., etc., e a opção do Município é manter as que estão e não substituir o que lá está. Começaremos, ainda com algumas verbas do promotor do loteamento por via da substituição das suas obrigações, uma vez que acionámos a garantia bancária, de norte para sul paulatinamente a colocar a mesma espécie que foi colocada nas caldeiras que é uma espécie que se dá bem no nosso território, agora não me lembro o nome, mas aquilo faz lembrar um carvalho, mas não é um carvalho, que dá uma folha pontiaguda e que muda de coloração em particular no outono.

É isso que temos previsto fazer paulatinamente, sendo que temos outras prioridades para fazer naquele loteamento, nós queremos ainda fazer ligações de água, queremos ainda fazer melhoria do pavimento da avenida central, que bem precisa já, e é isso que temos previsto nas empreitadas que procuraremos lançar ainda até final deste mandato e procuraremos tentar não esgotar a verba toda porque se houver dinâmica urbanística em determinadas zonas do loteamento nós vamos ser obrigados a deixar construir e há zonas que ainda não têm o PT. Foi uma opção que fizemos, confesso, de não gastar o dinheiro todo a meter os PTs todos de novo porque como sabe eles não tendo utilização, aliás aconteceu em obra nos que montámos foram sistematicamente vandalizados e roubados e a EDP não os queria rececionar porque a partir da receção passa a ser responsável e então acordámos que só faremos os outros PTs quando houver construção noutros lotes. Esta é a explicação para as palmeiras e para o loteamento, fica com esta nota também que tenho todo o gosto em partilhar.

Clínicas médicas e acessibilidades, falou-me precisamente duma localidade que já teve duas distinções no trabalho e em matéria de acessibilidades e mobilidade e que não vai ficar por ali. Devo dizer-lhe que temos outras freguesias também para tratar, depois de Poceirão estamos em Marateca que ainda não está terminado, Águas de Moura, e depois de Águas de Moura voltaremos ao Pinhal Novo para a zona da urbanização da Salgueirinha porque alguns rebaixamentos que tem não estão de acordo com aquilo que nós consideramos que é fundamental. Quero asseverar-lhe que todos os pedidos que temos de estacionamento privativo de pessoas com mobilidade reduzida atestada, temos feito estacionamento privativo e rebaixamentos, alguns até contra a lei, à porta dessas pessoas e relativamente a clínicas e espaços de saúde que necessitem desse tipo de melhoria das acessibilidades estamos disponíveis para receber o pedido e

depois para contratualizar, porque as clínicas também têm obrigações para com a Câmara e quando fazem a abertura da atividade também têm que fazer obras, nós também impomos e também têm que se licenciar. Nós estamos perfeitamente disponíveis para fazer essas melhorias porque é uma matéria à qual até damos prioridade relativamente a outros serviços de calcetamento, etc., a Sra. Vereadora tem sempre a preocupação de dar prioridade a isso e estamos dispostos a acolher algumas propostas que nos queira fazer.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos passar ao ponto da Prestação de Contas."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2015

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Passemos pela parte do corpo da proposta, este documento de execução financeira e das Grandes Opções do Plano de certa forma ainda reflete as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local, conforme se pode atestar pelo valor total da receita arrecadada no ano, cerca de quarenta vírgula nove milhões de euros, o segundo mais baixo do quadriénio e ainda assim superior ao valor de dois mil e catorze.

Esta afirmação tem que ver com o facto de aqueles impostos que resultam essencialmente da atividade económica terem baixado substancialmente desde dois mil e cinco e por muito que possamos vir a ter orçamentos na ordem de quarenta e sete milhões, quarenta e cinco milhões, que teremos, certamente, ainda este ano por via de candidaturas, de fundos, de saldos, o facto é que em termos normais, e isto já vem sendo assim há vários anos, as receitas normais da autarquia, umas vezes mais IMI outras vezes menos IMI e mais Derrama ou mais IMT, estabilizam sempre na ordem dos quarenta milhões de euros. De facto, com exceção da Derrama e dos Impostos Indiretos, que apresentaram um desempenho positivo em dois mil e quinze, nenhuma outra diretamente imputável à atividade económica inverteu a tendência negativa iniciada em dois mil e oito e dois mil e nove, com particular destaque para o IMT que este ano teve menos vinte e um vírgula cinco por cento.

Registou-se contudo, fruto em grande medida do rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução, cento e três vírgula três por cento, a segunda mais elevada desde dois mil e três.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de vinte milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, quarenta e nove por cento, do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de um vírgula dois milhões de euros, comparativamente com dois mil e catorze.

As Transferências de Capital apresentam a menor taxa de execução no ano de dois mil e quinze face à dotação prevista, vinte nove vírgula sete por cento e menos novecentos e vinte e três mil euros, devido, no fundamental, ao adiamento para dois mil e dezasseis das transferências finais relativas a candidaturas ao QREN em regime de *overbooking,* facto ao contrário do que nos havia sido prometido pela CCDR e pelo anterior Governo o *overbooking* não foi fechado em dois mil e quinze e temos lá verbas a receber da iluminação cenográfica do Castelo, do Espaço Cidadão, da rotunda e da ciclovia, agora corrijo esta informação da rotunda chegou na semana passada a primeira verba. Só agora é que estamos a receber estas verbas e o desvio é porque nós estivemos até final do ano conforme nos havia sido prometido, que até trinta e um de outubro estava não é, até antes das eleições, mas, de facto, estivemos até final do ano à espera porque senão se quiséssemos para não ter este desvio tínhamos feito uma alteração ao Orçamento, ou uma Revisão, e isto saía de lá. Mas isto é transparência, é assim que deve ficar até final do ano.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de quarenta vírgula nove milhões e uma despesa de cerca de quarenta vírgula dois milhões, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de seiscentos e setenta e cinco mil euros a que acresce o saldo transitado de dois mil e catorze no valor de cinco vírgula nove milhões de euros transitando para dois mil e dezasseis um saldo de seis vírgula seis milhões de euros.

Acerca do saldo permitia-me, desde já, adiantar o seguinte. A composição do saldo está desagregada por um lado no saldo do exercício de dois mil e catorze, cinco milhões oitocentos e oitenta e cinco quatrocentos e setenta e seis euros dos quais quatro milhões setecentos e setenta e cinco é que foram inscritos no Orçamento de dois mil e quinze e mantivemos, em tesouraria, um milhão cento e nove mil quinhentos e noventa euros, como disse na altura na Prestação anterior e na Revisão, para sustentar a necessidade de cash e de capital para as nossas candidaturas, seja as candidaturas a fundos seja as candidaturas a outras obras da responsabilidade da administração central em que o Município tem e está já a adiantar centenas de milhares de euros sem ter recebido ainda um cêntimo.

Mas, depois, isto dá um saldo de seis milhões quinhentos e sessenta mas, em bom rigor, importa esclarecer os Srs. Membros da Assembleia do que é que está comprometido porque não temos os cofres cheios. Obras a executar por garantias já recebidas, uma receita que só pode ser consignada às obras em substituição dos promotores dos alvarás de loteamento. Nós acionámos o loteamento da Graúda, estamos a acionar o loteamento de Epiménio & Borreicho, temos ainda restos de Val'Flores e de outro loteamento, oitocentos e noventa mil trezentos e cinquenta euros, quase um milhão de euros.

Temos que proceder à devolução do remanescente do empréstimo contratado, porque houve verbas do empréstimo que não foram utilizadas e estamos à espera de receber o dinheiro do *overbooking* porque algumas obras que candidatámos ao *overbooking* também foram candidatas a um empréstimo do mandato anterior. Ora, como não podem ter duplo financiamento assim que recebermos o *overbooking* temos de devolver a parte que obtivemos de financiamento o que significa que vamos até amortecer capital e empréstimo e vamos devolver, somos obrigados, e, portanto, aqui temos mais cento e dezoito mil euros para já, mas vamos ter mais no futuro.

Compromissos por pagar em trinta e um do doze, há despesas que transitam, até porque estão dentro dos prazos de pagamento legais e outros que necessitam de verificação dos serviços, novecentos e vinte e oito mil euros, também quase um milhão. Ora bem, então temos já aqui total comprometido um milhão novecentos e trinta e sete mil euros, o valor disponível do saldo transitado fica então em quatro milhões e seiscentos mil euros mas quero dizer às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia como temos vindo a explicar nas alterações orçamentais, algumas das quais aprovadas por unanimidade, que temos que repor, porque tivemos que avançar com verbas para algumas áreas, obras novas ou até obras que tinham só parte da verba e o restante a definir, conforme prometemos nessa altura dois milhões cento e cinquenta mil euros. Então o valor o valor disponível já é só dois milhões e quatrocentos mil.

Depois quem consultar e souber ler os documentos do nosso orçamento sabe que grande parte das obras que lá estão, nomeadamente as candidatadas a fundos têm poucas verbas para nós conseguirmos ir desenvolvendo projetos, etc., e depois tem verbas a definir, está lá verba a definir, e nós agora vamos definir verba na revisão que teremos oportunidade de trazer à próxima reunião da Assembleia em maio. Ora o que temos por definir no Orçamento em vigor após as alterações são dois milhões novecentos e onze o que significa que afinal este saldo é um saldo negativo de quatrocentos e trinta e oito mil euros e não vai ficar por aqui, porque, de facto, para vinte e dois milhões de candidaturas para o nosso território o Município vai ter que encontrar onze milhões de fundos próprios.

Feita esta explicação, antecipando já eventuais questões, resta dizer que na Despesa dos quarenta vírgula dois milhões de euros mais cinco vírgula dois por cento que em dois mil e catorze, vinte vírgula nove milhões estão afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de noventa vírgula sete por cento.

As Despesas com Pessoal no valor de dezassete ponto três, sofreram um decréscimo de um vírgula nove comparativamente com o ano anterior, o número de trabalhadores conhecem-no.

As Despesas de Capital e Investimento apesar do desvio por causa dos fundos do QREN em termos de execução financeira tiveram um acréscimo de dezasseis vírgula nove por cento, mais trezentos e oitenta e cinco mil euros. Ficou ainda, infelizmente, muita obra transitada no final do ano por questões meteorológicas e por autos por conferir, os tais novecentos e oitenta e tal mil euros que passaram para o ano seguinte, por isso a taxa de execução foi de sessenta e seis por cento ainda assim muito superior ao ano anterior.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um total de pagamentos no valor de quinze vírgula um milhões de euros, comparativamente ao ano de dois mil e catorze cresceu catorze por cento em dois mil e quinze, mais um vírgula oito milhões, devido ao pagamento dos serviços prestados aos sistemas multimunicipais, em particular o pagamento antecipado de parte da dívida contratada às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, ex-SIMARSUL.

As Receitas Correntes foram superiores às Despesas Correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso de um total de quatro vírgula quatro milhões de euros não existe qualquer valor de faturas em atraso, nos termos desta lei, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores AMARSUL e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, ex-SIMARSUL, no valor de três vírgula sete milhões de euros. Regista-se assim, uma melhoria face aos valores existentes em dois mil e catorze que apresentavam um total de cinco vírgula oito milhões de euros. À mesma data estavam por receber de dívidas ao Município cerca de dois vírgula três milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Os Ativos Financeiros apresentam, em dois mil e quinze, uma execução de duzentos e cinquenta e um, trezentos e noventa e oito que corresponde ao início da realização do capital social do fundo de apoio municipal atribuído ao Município de Palmela. De acordo com a legislação a contribuição global do Município de Palmela para este fundo que apoia autarquias endividadas será de um milhão, setecentos e cinquenta e nove setecentos e oitenta e sete vírgula trinta, sendo a realização desse montante efetuada em sete anos com término em dois mil e vinte.

Passaria agora, Sra. Presidente, a procurar sintetizar aquilo que marcou em termos de atividade o nosso último ano. De facto houve um grande esforço da organização e do envolvimento dos trabalhadores e das trabalhadoras e na rentabilização de meios com recurso redobrado ao trabalho por administração direta, que permitiu ir mais além do que aquilo que estava inicialmente nas Grandes Opções e acolher, aliás, um conjunto significativo de duas dezenas de novas propostas que decorreram dos processos de participação dinamizados pelos Município.

Das duzentas e sessenta e duas ações que integravam o Plano de Atividades para dois mil e quinze foram concluídas duzentas e quarenta em todas as áreas de intervenção municipal. A relação estreita e permanente com os parceiros locais, juntas, associações representativas de setores de atividade económica, empresas, IPSS, comunidade educativa, associações culturais, desportivas, de moradores, entre outras, têm permitido intervir nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural de forma a corresponder às suas necessidades e a induzir um desenvolvimento harmonioso e sustentado do território. Em dois mil e quinze o Município firmou por um lado compromissos importantes com a Administração Central para a concretização de investimentos muito reivindicados e urgentes no concelho, designadamente o Centro de Saúde de Pinhal Novo Sul, a regularização da Ribeira da Salgueirinha e a estabilização das encostas do Castelo de Palmela.

A saúde financeira do Município permitiu um trabalho empenhado na preparação de candidaturas a fundos comunitários, designadamente no âmbito do Portugal 2020, para o desenvolvimento do território em diversos domínios.

Na qualificação e modernização do serviço público, a prestação do serviço público de qualidade corresponde aos objetivos fixados e às expetativas e necessidades da população, é uma preocupação constante e exige um esforço permanente no sentido de encontrar as formas mais adequadas ao seu exercício. Nos últimos cinco anos houve imposições da administração central de redução de quadros e restrição à contratação. O Município perdeu mais de uma centena de efetivos, no final de dois mil e quinze registavam-se novecentos trabalhadores e trabalhadoras, com as mulheres em maior percentagem e o grupo de assistente operacional com cinquenta e um por cento.

A rentabilização de meios, a conservação de edifícios e instalações municipais, a formação permanente de quadros, a garantia de condições de trabalho, o atendimento adequado, a informação, a auscultação das populações no sentido de aferir prioridades e conhecer melhor o território são fundamentais na qualificação e modernização do serviço público.

As obras de beneficiação nas instalações municipais há muito adiadas pela necessidade de priorizar outros investimentos urgentes tornaram-se este ano inadiáveis. Foram assim concretizadas, entre outras, obras nos Armazéns Gerais, na Biblioteca Municipal de Palmela, no Centro Comunitário de Águas de Moura, houve remodelação de redes de eletricidade e doutras infraestruturas, foi iniciado de renovação da frota de viaturas e maquinaria já com muitos anos e sujeita agora a um novo desgaste por via do aumento do trabalho por administração direta.

Uma componente importante da relação com os munícipes, o atendimento municipal registou nos seus quatro postos setenta e dois mil duzentos e noventa e cinco atendimentos presenciais, mais mil duzentos e sessenta que no ano anterior.

Os projetos específicos de gestão participada conheceram novas fases de desenvolvimento com maturação e resultados positivos e maior expressão na gestão pública. Semanas das Freguesias, Orçamento Participativo, Projetos "Eu conheço, Eu participo" com envolvimento das crianças e da comunidade escolar, o "(A)Gente do Bairro" mobilização de cidadãos para a qualificação do espaço público, acrescentaram novas propostas de intervenção cívica e municipal.

Em dois mil e quinze foram ainda desenvolvidas medidas internas de sensibilização e capacitação no domínio da igualdade de género, entre outras ações foi elaborado e divulgado internamente o guia prático para aplicação da comunicação inclusiva com supervisão da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

No desenvolvimento educativo, social e cultural, apenas alguns destaques. Nós assumimos como estratégica para o desenvolvimento do território a educação num sentido mais abrangente formação plena dos mais novos cidadãos, tendo como orientação o direito a todos a uma escola inclusiva, uma ligação permanente com o meio. Nesse sentido foram assumidas as competências e atribuições no que respeita à conservação, apetrechamento e conservação do parque escolar do primeiro ciclo e pré-escolar, a gestão e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, a ação social escolar e transportes escolares. Mais de duas dezenas de escolas e jardins-de-infância foram objeto de obras de beneficiação, das quais se destacam a Escola Básica 2 de Palmela, a Básica Alberto Valente e o Jardim de Infância do Vale da Vila. Foram concluídos projetos e estudos prévios para a requalificação da Básica de Águas de Moura e projetos para ampliação da Escola de Aires. A conservação e manutenção correntes das escolas do primeiro ciclo constitui uma competência descentralizada para a Juntas de Freguesia com a correspondente transferência de meios financeiros da Câmara para o efeito.

Significativo foi ainda o investimento na renovação do equipamento informático das escolas, é que depois de alguns anos de grandes necessidades a escolas e jardins-de-infância do concelho receberam cento e vinte e três novos Kit's, entenda-se computadores, impressoras, tudo dotado com equipamento multimédia.

Foram, por outro lado, consolidados e apoiados projetos educativos nas escolas, outros de iniciativa municipal que contaram com o envolvimento da comunidade educativa. Destacamos o Fantasiarte, que completou vinte anos de aproximação das crianças às diversas expressões, o Aprender a Nadar, que permitiu neste período a aprendizagem da natação a setecentas e quarenta e cinco crianças de doze escolas, e o Jogos Desportivos Escolares, que reuniram em nove modalidades mais de mil e seiscentos alunos. Componente determinante para o sucesso educativo a ação social escolar beneficiou quarenta vírgula oito por cento e quarenta e um vírgula três por cento da população escolar nos anos letivos dois mil e catorze/dois mil e quinze e dois mil e quinze/dois mil e dezasseis, porque o período reporta a dois anos letivos. Destacaram-se os apoios mais expressivos os auxílios diretos para a aquisição de livros e material escolar, com um aumento da verba de cinquenta para sessenta e cinco euros do ano letivo transato para o atual, o programa de alimentação escolar, mais três mil refeições mas importa referir que mil trezentas e vinte e oito são gratuitas. A dispersão do território torna ainda imprescindível que o transporte escolar continue a ter uma discriminação positiva acima daquilo que a lei prevê, que são dois mil duzentos e quarenta e um os alunos transportados no ano letivo.

No plano cultural houve uma profunda colaboração com o movimento associativo, que conhecendo o seu papel dinamizador das comunidades foram apoiadas centenas de iniciativas promovidas pelas associações e estabelecidas parcerias com a autarquia e vários protocolos que não vou aqui referir.

O Município acolheu e apoiou centenas de manifestações em várias áreas de expressão artística, destacamos a Sinfonia de Palmela, uma inovação do maestro Jorge Salgueiro, que assinalou no São João o Dia do Concelho, retomou-se o Festival Internacional de Gigantes, deu-se um novo ênfase, com um recorde de visitantes, à Feira Medieval de Palmela, Festival Internacional de Música de Palmela, homenagem ao Cante Alentejano, a programação específica do Mês da Música, a Semana da Dança, a Queima do Judas, As Janeiras, rituais com um crescente envolvimento das associações da comunidade.

Um destaque ainda no Património para o VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares que reuniu uma vez mais em Palmela dezenas de investigadores nacionais e estrangeiros com trabalhos enriquecedores para a reflexão e debate do tema. Há apenas três países que conseguem fazer encontros desta dimensão e desta riqueza.

O ano de dois mil e quinze fica ainda marcado pela abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura, uma primeira fase, passou a ter uma programação regular e sobretudo acolhe as associações e as dinâmicas culturais da localidade.

No Desporto, Recreio e Lazer, muitas beneficiações em espaços de jogo e recreio e polidesportivos que estavam muito necessitados das mesmas. Recordo que foi completamente renovado de novo o espaço de jogo e recreio da Nogueira & Matos, o polidesportivo José Maria dos Santos, uma reivindicação antiga a melhoria do espaço de basquetebol, ou o espaço de jogo e recreio de Aires que ficou, de facto, bem requalificado também com um ginásio de ar livre. Mantiveram-se os programas de desenvolvimento desportivo, no programa Mexa-se records de participação e uma procura crescente para desportos de ar livre, o Município apoiou e coorganizou eventos que marcaram Palmela e que vão voltar a Palmela, nomeadamente o Palmela Run, o X Grande Prémio da Arrábida e o Granfondo Arrábida.

Foram reforçadas as comparticipações ao investimento das associações, quero aqui destacar o esforço que o Município fez com um contrato-programa para a colocação do sintético do Palmelense e para a aquisição de uma carrinha para o Clube Desportivo Pinhalnovense, a par dos apoios ao movimento associativo que o ano passado já tiveram uma tranche significativa e que aumentou este ano.

Qualificação do território, entram neste capítulo a iluminação cenográfica do Castelo, a conclusão do Espaço Cidadão, dois grandes investimentos para a qualificação do Centro Histórico e da sede do concelho e para afirmação no contexto da região.

Equilíbrio entre os espaços rurais e urbanos, a necessidade de conferir a cada um deles condições de conforto e qualidade de vida nas comunidades que os habitam constitui objetivo sempre presente nas opções de investimento municipal e por isso a rede viária e as acessibilidades, o saneamento e o abastecimento de água continuam a representar uma fatia significativa do investimento num território que é, de facto, muito extenso, longo e disperso e, portanto, também atingimos valores de investimento que já não se faziam há muitos anos. Em dois mil e quinze novos passos foram dados no sentido de pavimentar mais caminhos rurais estruturantes, beneficiar a rede viária em espaço urbano, reforçar as condições de circulação e segurança em zonas de maior tráfego. Muitas das intervenções foram executadas por administração direta, destacam-se entre outras a pavimentação dos aceiros das Sapatarias e dos Arraiados, a rua Francisco José Bento em Fernando Pó, a beneficiação dum troço de estrada em Vila Amélia, a pavimentação da rua de S. Julião troço de perímetro urbano, as ruas Miguel Cândido e de Goa em Cabanas, um troço da rua Francisco Assunção Pinho.

No que se refere à ampliação e remodelação das redes de saneamento os investimentos mais significativos foram na rua de S. Julião, na rua José Luis Cipriano em Quinta do Anjo, na rua Joaquim Ferreira Calote em Cabanas, nas ruas 1º de Maio e 25 de Abril na Carregueira em Pinhal Novo. A ampliação e renovação das redes de abastecimento de água tiveram este ano um maior investimento, sobretudo nas remodelações, beneficiando entre outras a Miguel Cândido, Marcolino Júlio da Costa, El-Rei D. Dinis em Cabanas e Quinta do Anjo, travessa do Brazão em Palmela.

Depois o reforço da eficiência energética em equipamentos e edifícios públicos, quer com recurso à tecnologia LED quer por formas de controlo automático e sistemas de iluminação inteligentes que reduziram

substancialmente os gastos, embora tenhamos aqui um investimento inicial muito significativo, falo-vos da Biblioteca, do Castelo, da Alameda 25 de Abril e diversos equipamentos, os nossos armazéns têm também muitos pontos de luz já com estes sistemas.

Quero aqui destacar no âmbito da Proteção Civil as comparticipações às três Associações de Bombeiros, para o grupo de bombeiros permanentes, o apoio ao investimento, mas sobretudo o excelente trabalho que temos feito também em cooperação com os nossos bombeiros de sensibilização e formação das populações e grupos específicos para a prevenção através da academia da proteção civil.

No âmbito da valorização e promoção de economia local, a estratégia de desenvolvimento turístico do concelho aliado à valorização da economia local e à promoção do património natural, histórico e humano, marcaram a intervenção do Município em muitas dezenas de iniciativas que decorreram no concelho quer na representação em eventos nacionais e internacionais. Continuamos a destacar o Festival do Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, a Feira Agrícola e Comercial do Poceirão, as comemorações do Dia Mundial do Turismo e do Dia Europeu do Enoturismo, o projeto Palmela - Experiências com Sabor, são algumas das iniciativas a destacar. A campanha Palmela Conquista foi a principal linha de promoção da oferta turística do concelho com um aumento do número de parcerias e o reforço do trabalho em rede. Em dois mil e quinze foi implementado um sistema de áudio guias disponível no posto de turismo e na Casa Mãe da Rota dos Vinhos que permite ao turista visitas comentadas pelo local de passagem num percurso de quarenta e um pontos de interesse. Quero aqui destacar o Fórum Turismo Cultural – Qualificação, Inovação e Desenvolvimento que trouxe a Palmela profissionais e empresários turísticos e outros agentes de desenvolvimento local, duas centenas de participantes e presença de representantes de entidades públicas do setor. Uma reflexão muito útil, aliás elogiada por participantes vindos até de outros pontos do país, acho que aprendemos todos muito e percebemos que o caminho que estamos a fazer é o correto mas temos que continuar a aprofundá-lo.

Do ponto de vista da análise orçamental e patrimonial, Sra. Presidente, praticamente já disse o essencial no corpo da proposta reservo-me então para as questões e para os comentários das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão. Questões ao Sr. Presidente, questões, comentários, outros?

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Manuel Silvério, por favor."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para ser mais rápido, o mais rápido possível depois de ouvir o Sr. Presidente durante trinta e cinco minutos, quero dizer que esta Prestação de Contas, e isto sim é uma forma sintética, tem duas leituras. Tem uma leitura sobre a forma da sua execução e aqui é uma questão de entendimento político na forma como as diferentes forças partidárias nesta Câmara levariam à prática a sua execução. Tem uma outra leitura a fazer-se que tem a ver com os resultados em função dum Orçamento previsto abaixo do valor expectável.

Quando neste momento é dito que temos uma elevada taxa de execução de cento e três vírgula três por cento e que, para além disso, temos um excedente primário, que é a diferença entre o recebido mais o produzido pelos funcionários da Câmara e os gastos totais num valor total de seiscentos e setenta e cinco mil euros, ficámos a pensar, todos nós com certeza pensaremos isso, se teria havido aqui algum milagre. Mas não, como explicarei em poucas palavras a seguir, trata-se de um resultado da expetativa em baixa do Orçamento previsto dando assim razão uma vez mais ao PS que em poucas palavras irei explicar a seguir.

Mas antes quero clarificar aqui uma coisa nesta Assembleia. Eu nas minhas intervenções, neste mandato e nesta Assembleia, tenho procurado e vou continuar a ter essa atitude de não fazer comparações entre a atual e anterior liderança da Câmara. E faço isto por uma razão pessoal, porque entendo que as pessoas que eram Presidentes de Câmara e não puderam recandidatar-se por limite de mandatos e que se candidataram às Assembleias Municipais, e houve várias pessoas por esse país fora houve vários autarcas, fizeram duas coisas. Primeiro mostraram ser pessoas de coragem, mostraram uma grande coragem, e depois com essa sua atitude dignificaram o poder local que é um dos pilares fundamentais da nossa jovem democracia. Por isso nesta Assembleia se eu alguma vez não for capaz de evitar fazer essa comparação será por manifesta falta de inteligência minha e não por maldade ou má-fé política porque essa não é a minha forma de estar. Porque temos um caso destes nesta Assembleia, e nesta casa, eu sinto-me satisfeito por participar, às vezes muito cansado como é o caso de hoje, nos trabalhos desta casa.

Quero de uma forma simples de maneira que toda a gente possa entender o que eu quis dizer em relação a este Orçamento e para explicar porque é que o Partido Socialista ao longo dos anos nesta Câmara e nesta Assembleia tem tido razão.

Eu prefiro ter alguém que me diga que tem previsto receber quinze, gastar em função ao longo do ano desses quinze o seu Orçamento e no final do ano o que obtém de receita são vinte, e é este caso que permite fazer de alguma forma um pouco de demagogia com os números, prefiro esta solução à outra de se prever, por exemplo, vinte cinco, gastar em função dos vinte cinco o seu Orçamento e no final do ano o que obtém de receitas totais é vinte, porque aí vai frustrar as expetativas de muita gente. Mas se houver alguém que me diga que tem previsto receber vinte, gastar o seu Orçamento em função desses vinte e no final do ano o que obtém de receitas totais são vinte, essa pessoa é que está certa e esse é o que eu poderei apreciar. E isso tem sido ao longo dos anos as previsões do Partido Socialista nesta Câmara e nesta Assembleia.

Tenho dito, Sra. Presidente. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho outro pedido de intervenção do PS mas como normalmente fazemos nestas coisas dava agora a palavra ao Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Só para dizer, Sra. Presidente, que naquilo que nos é permitido ver desta Prestação de Contas não questionamos a validade dos números, até porque as contas são auditadas por entidades exteriores e nós confiamos que as contas batem certo, no entanto a diferença que nos marca entre nós e o executivo da Câmara é que as nossas opções seriam outras principalmente na arrecadação de receita dos impostos diretos. Tendo isso em conta, o nosso sentido de voto para este ponto será o da abstenção.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra ao PSD/CDS e depois é que vamos ao PS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O que estamos aqui a discutir, efetivamente, é a Prestação de Contas. Relativamente a outras opções no exercício da atividade autárquica, e no executivo, bem conhecidas são as nossas posições da Coligação Palmela Mais quer em termos de impostos a nível local quer em termos de prioridade de algumas obras que consideramos essenciais para a população e que temos vindo a focar ao longo do mandato. Algumas delas reconhecemos que o executivo CDU tem vindo a incluir, mesmo que não estivessem naquele caderno de

encargos aos munícipes e nos quais os munícipes votaram, algumas dessas obras mas pensamos que ainda se pode ir mais longe.

Relativamente à Prestação de Contas, que é o que está aqui em causa, detivemo-nos sobretudo no relatório de conclusões e recomendações da auditoria e, portanto, voltamos a reiterar o que já no passado dissemos que, no nosso entendimento, devia a Câmara ter mais em conta alguns conselhos e algumas advertências que são feitas pelo, neste caso, Dr. Lino Correia.

Efetivamente no que temos, e é conhecido a nossa diferença na questão das verbas e de provisões criadas, notamos que foram criadas algumas provisões face à Prestação de Contas do ano transato mormente quanto a alguns processos que estão em curso pela via judicial e, portanto, algumas das provisões já foram feitas e constam do relatório, não todas, estão aqui justificadas as razões do posicionamento do executivo da Câmara, não quer dizer que com elas concordemos na totalidade mas nesse aspeto houve um ligeiro avanço.

Há aqueles casos da ADREPAL, a contabilização do montante na aquisição, que ainda não foi consumada, do edifício, a contabilização que pode não ter um impacto como é revelado em termos financeiros no relatório do Dr. Lino mas, efetivamente, concordamos com ele e não com a contabilização efetuada pela Câmara.

Relativamente à receitas e ao Orçamento inicial, também sempre defendemos e isso não será propriamente só uma força política a defender poderíamos ter ido mais longe face às receitas em termos que iam ser obtidos, em termos de IMI e doutros impostos, e considerámos também sempre que a previsão inicial, se bem que uma previsão estava aquém do que iria ser concretizado, também aí tínhamos razão.

Podia também, face a estas contas apresentadas, ter sido dado algum avanço em termos de impostos como propusemos em termos de executivo através do nosso Vereador e também em termos do então IMI familiar, que também havia cabimento para essa verba, não foi opção da Câmara.

Na questão da ADREPAL também já dissemos várias vezes que não concordamos com a posição da Câmara e refere também o ROC que, também, relativamente aqui ao valor contabilístico das partes do capital podem ser utilizados dois critérios e que o aconselhamento dele é que deve ser considerada a aplicação do método de equivalência patrimonial das participações financeiras. Participações essas que têm a ver com o Palmela Desporto, embora essa tenha um tratamento separado, a AMARSUL, a CDR, a ADREPAL e a SIMARSUL.

Face a tudo isso, e reiterando tudo o que no ano passado também dissemos, independentemente dos números e das contas baterem certas temos aqui divergências de opinião quer na contabilização de algumas rubricas e verbas, quer na utilização do método, quer também no não provisionamento de algumas verbas. Como tal o nosso voto será contra estas contas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Eu agora só tenho mais pedidos do Partido Socialista, há dois pedidos de intervenção do Partido Socialista, é, ou vi mal? É? Então não sei quem é que intervém primeiro. Sra. Membro da Assembleia Ilda Fino, por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite. Cumprimento todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia, Vereadores, e ainda os resistentes que se mantêm na assistência desta sala face a esta hora.

Vou tentar ser sucinta e breve porque todos nós estamos um pouco cansados.

Relativamente ao Relatório de Contas, de facto, evidencia o rigor e isso deve-se também aos serviços, aos próprios serviços da autarquia não é, na elaboração do mesmo. No entanto, como foi dito aqui, a expetativa e a própria proposta evidencia que houve, de facto, uma prudência na estimativa da receita e seria previsível que em termos de IMI, como se veio a verificar e a posição do PS é nesse sentido, houve, de facto, uma previsão em baixa tendo sido executado em dois mil e quinze doze vírgula noventa e cinco

milhões, ou seja há um diferencial de um vírgula três milhões um acréscimo de recebimento, de receita. Isto só para completar em dois mil e catorze o IMI já tinha uma previsão de doze vírgula oito, portanto a expetativa seria o aumento até mesmo com o recebimento que seria efetuado. Por outro lado este aumento resulta de receitas dos impostos indiretos cuja previsão foi de cerca um vírgula quarenta e cinco milhões e a execução de um vírgula cinquenta e dois milhões, mais ou menos, o que dá um aumento de sessenta e cinco mil novecentos e trinta e nove mil euros.

No que respeita ao total das receitas correntes, foi executado no valor de quarenta vírgula zero oito milhões de euros uma previsão muito superior relativamente à expetativa e previsão de trinta e oito vírgula oito milhões, o que resulta então um acréscimo em termos de execução de sessenta e cinco por cento. Ou seja, é fácil executar estes números quando a previsão é feita em termos de baixa e por outro lado com oito alterações ao Orçamento e três revisões em dois mil e quinze, seria previsível que seria uma obrigação da própria autarquia de saber fazer estas previsões, de as contemplar em termos de receita e, sobretudo, fazer os ajustamentos e ter efetuado um decréscimo em termos de taxa de IMI. Estas seriam as nossas opções, o Partido Socialista também já se pronunciou, faríamos diferente e em termos de receita existia margem de manobra para poder investir, pelo menos, nas funções sociais e em projetos desta natureza no turismo, neste tipo de situações.

Para finalizar no que respeita ao relatório do ROC, de facto, já foi aqui referido que existem algumas reservas que têm que ser contempladas designadamente, e vou enunciar, no que respeita a operações que não estão refletidas, segundo o relatório do ROC, nas contas em relação ao ativo registado e neste caso os bens de domínio público e uma rubrica que tem elevada significância nas contas, por outro lado o valor pago pelo Município à ADREPAL, como foi referido, o valor de um vírgula vinte e nove milhões que foi registado em adiantamentos de fornecedores quando devia ter sido registado na rubrica dos imobilizados em curso. Nesta situação são as reservas que quem se pronunciou, o auditor, o ROC que fez esta apreciação e por outro lado os quatro processos judiciais que perfazem o valor de dois vírgula oito milhões não foram constituídas provisões para esses encargos nesse mesmo montante, ou seja só foi previsto o valor de trezentos e noventa e oito mil euros o que faz haver um diferencial de dois vírgula trinta e nove milhões. Segundo o relatório do ROC isto faz com que o passivo e os resultados líquidos se encontrem subavaliados, embora o resultado líquido continue negativo, houve um decréscimo menos um vírgula quatro milhões de euros. Por último também na rubrica dos investimentos financeiros está registado a participação da ADREPAL no valor de trezentos e trinta e quatro mil euros, para o qual também não foi constituída provisão, isto é o que menciona também o relatório do ROC, e mais uma vez aqui o que se verifica é que o passivo está subavaliado e em termos de resultados líquidos isso depois vai-se refletir e mais tarde vai-se verificar em termos de passivo, não é, e de avaliação de resultados líquidos.

Face a isto há uma falta de fiabilidade nestes documentos no que respeita ao passivo, não é, que seria exigível reportar esta situação que acabei de mencionar no que respeita designadamente àqueles pontos e um apuramento, também, nesta insuficiência quanto a este aspeto do passivo mencionado, portanto seria recomendável que em termos de gestão e da situação orçamental se tomassem medidas específicas para ultrapassar esta situação e por outro lado pelas razões explanadas, e não vou aqui alongar-me mais devido ao avançado da hora, o Partido Socialista irá abster-se."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continua o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa tem a palavra."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Um bom dia de sexta-feira para todos, Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara e Srs. Vereadores, Membros da Assembleia e Público presente, Técnicos e Colaboradores da Câmara Municipal, Jornalistas, uma boa noite.

Antes de me debruçar um bocadinho sobre a Prestação de Contas, gostava de tentar fazer aqui um exercício, não sei se o Sr. Presidente consegue acompanhar o meu raciocínio, mas é mais ou menos assim.

Porque é que se lê uma proposta numa sessão de Assembleia Municipal e numa sessão de Câmara? Todos nós temos as propostas, nós lemos as propostas por uma razão simples é porque quem está daquele lado pode não ter acesso à proposta. E, portanto, se quem está daquele lado pode não ter acesso à proposta nós temos que a ler, mas aquilo que queremos que, efetivamente, quem está daquele lado saiba e tome conhecimento tem que estar na proposta, não está nos preâmbulos dos documentos, Sr. Presidente de Câmara. Ler a proposta e simultaneamente ler o preâmbulo do documento nunca foi prática desta casa fazer isto, pelo menos durante oito anos sem comparar uns exercícios com outros. Não me parece claramente benéfico para todos que isto aconteça. Era esta nota que gostava de deixar para si.

Este era um Orçamento minimalista, a Prestação de Contas não tem nenhuma surpresa e aí eu fiquei desiludido consigo Sr. Presidente. Eu esperava que conseguisse surpreender-me em face de tudo aquilo que foi dito aqui durante a apresentação do Orçamento para dois mil e quinze, mas não, não conseguiu.

A Ilda já falou nas oito alterações, eu diria que algumas são alteraçõezinhas e nas três revisões que faz cirurgicamente, e faz bem. Oh, Sr. Presidente não me mostre esse ar agastado porque o senhor nunca se cansa e, portanto, não se agaste. O senhor é que disse que não se cansava, senão estamos aqui a noite toda."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu já lhe respondo, eu já brinco consigo também."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu já sei. Aliás já brincou com todos os que estávamos aqui, nós somos trinta e sabemos ler."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É que eu acho que os senhores não leem ou não querem ler as evidências."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos ouvir."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não infira, não infira.

Continuando nesta linha de pensamento séria, gostava de dizer o seguinte: as questões das alterações e das revisões orçamentais são instrumentos de gestão, e enquanto instrumentos de gestão o senhor, e os senhores, utilizam-nos como devem utilizar e eu não tenho nada contra. Estou só a dizer que em face dos documentos, nomeadamente das alterações que não vêm a esta Assembleia o senhor agora foi apanhado na curva, passe o termo, porque não conhecia o relatório do ROC e ficou aflito com as duas intervenções que foram antes."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não o tinha aqui, mas não estou aflito."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu sei que não tinha, pronto. Porquê? Porque é um documento que não vai à sessão de Câmara."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Os senhores é que estão aflitos com a argumentação, isso é outra coisa. A gente já fala."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos ouvir primeiro. Vamos ouvir.

Continue."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não podemos criar diálogo?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Aqui não."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"As questões que o ROC apresenta não são questões que vão à sessão de Câmara e, portanto, é um documento que vem só à Assembleia Municipal e que foi lido por todos nós até com alguma atenção, aliás como o fazia sempre antes mesmo quando era Vereador lia-o posteriormente.

Obviamente são recomendações que ali estão algumas já vêm plasmadas de ano para ano, etc., etc., eu até tenho sempre muitas reservas em relação a este senhor Dr. Lino Correia por causa da história da Palmela Desporto e tudo mais mas são questões antigas e nem me vou pronunciar sobre isso, agora são recomendações e são, efetivamente, análises que são feitas em função daquilo que é a perspetiva e a cabimentação, por assim dizer, que cada uma das rubricas acabou por ter. Pronto, a Prestação de Contas, enfim, é uma desilusão.

O investimento merecia ser melhor aproveitado, o senhor esforçou-se e fê-lo bem porque eu percebi tudo taxativamente, e com certeza todos os que aqui estamos percebemos, porque é que empurrávamos outra vez para a frente com a barriga os tais seis ponto seis milhões de euros. O senhor explicou, não valerá a pensa com certeza explicarmos outra vez, é claramente uma questão política que não tem a ver única e exclusivamente com a história dos *overbooking's* e com tudo isso. Isso pode ser um complemento mas não é unicamente isso.

No Orçamento destes quarenta milhões ficam por executar mais de quatro milhões, ou seja há mais de dez por cento do valor estimado que fica aqui por concretizar. Já explicou também porque é que fica por concretizar e porque é que as coisas acabam por se atrasar, etc., etc., mas fica, efetivamente fica por concretizar e quando tínhamos orçamentos, eu digo que preferia os orçamentos dos sessenta milhões dava muito mais pica e dava muito mais ânimo para percebermos o que é que …"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Porque não havia os sessenta milhões, não é? Dava pica porque não havia os sessenta milhões."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Mas posso concluir ou não?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pode, mas é verdade. Lembra-se?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Ah, pronto!

Não é porque havia uma estrutura diferente de pensamento em relação à forma como as coisas eram feitas e como se atuava em função de.

E o que é que acontece agora? Agora acontece que há uma capacidade de concretização, ou melhor que aparentemente há capacidade de concretização mas que essa capacidade de concretização se arrasta. Nós se olharmos para as obras todas que foram feitas nós conseguimos perceber que estas obras não foram propostas nesse Orçamento de dois mil e quinze, são propostas de antes algumas até o senhor acabou de dizer que estavam no empréstimo que foi feito antes, se calhar em dois mil e onze ou dois mil e doze, e não podem ter os mesmos dois cabimentos para aquele empréstimo e temos que devolver as verbas. Há aqui um arrastar claro de situações por diversos fatores, uns mais anacrónicos outros menos anacrónicos, uns mais da responsabilidade da Câmara Municipal, outros menos da Câmara Municipal, mas é óbvio isto é factual não precisa de me responder.

O investimento é curto e gostava de lhes dizer só seguinte. Por exemplo, há um Gabinete de Apoio às Empresas e promoção do investimento na Câmara Municipal, por acaso não sei quem é a chefia nem é isso que está em causa, que durante o ano inteiro de dois mil e quinze apresentou uma proposta a sessão de Câmara, uma. Eu sei que não é só desse Gabinete que sairão as macro decisões, as grandes decisões, os investimentos, sei disso, mas parece-me demasiado curto para um território onde neste documento tanto se fala em investimento, esse investimento que acaba depois por ser diminuto.

Ao nível das funções sociais, na educação faltaram concretizar cerca de quatrocentos mil euros. Não percebi com estas alterações todas como é que se conseguiu deixar estes quatrocentos mil euros e não percebi da sua intervenção o que é que tinha ficado aqui por fazer.

Na habitação e urbanismo foi concretizado oitenta e sete por cento, mas sendo que ao nível da habitação propriamente dito falamos de uma execução de cinquenta e um por cento.

Na proteção do meio ambiente e conservação da natureza, a concretização é de sessenta e um ponto noventa e oito por cento sendo que na promoção ambiental estamos nos quarenta e nove por cento e até na própria conservação, gestão e animação do Castelo teve uma execução de quarenta e seis por cento.

Funções económicas – comércio e turismo, bom recordo que quando apresentaram o Orçamento nós dissemos*:"…bem setenta e oito mil euros para o turismo isso não dá para nada …"* Resposta do Sr. Presidente, basta ler a ata, "*…bem mas nós fazemos muito mais do que estes setenta e oito mil euros, nós temos o turismo aí agregado a uma série de rubrica…"*, etc., etc., tudo muito bem. Chegamos à Prestação de Contas e temos uma taxa de execução de setenta e quatro por cento, ou seja ficaram mais de vinte mil euros destes pequenos setenta e oito, nós considerávamos setenta e oito por concretizar, claramente. Não abane a cabeça porque é verdade, está lá. Ou falta imaginação ou falta capacidade efetivamente de promover alguma coisa a este nível que é um nível relevante em termos daquilo que é a dimensão do concelho. As próprias funções económicas do concelho, espelhadas na página duzentos e vinte e nove do relatório, levam a isto. Em termos de gastos a indústria e energia levam quarenta e nove por cento, os transportes rodoviários quarenta e cinco, as outras funções zero trinta e sete e o comércio e turismo quatro. É completamente, enfim, irrisório, usando uma palavra não muito forte, esta margem aqui claramente para o turismo.

Em relação ao IMI não irei falar muito, o senhor mais uma vez enganou-se ou melhor o Orçamento mais uma vez enganou-se porque o senhor disse sempre que teríamos menos receita do que o ano anterior e nem sequer isso se verificou. Os valores do IMI têm vindo sempre a descer, como nós sempre dissemos e os munícipes pagaram treze ponto sete milhões de euros de IMI. Sim senhor, pagaram doze ponto nove para a Câmara, mais um por cento para a Junta de Freguesia e mais cinco por cento para o Estado. Ou seja, retirámos do concelho, retirámos dos munícipes treze ponto sete milhões de euros de IMI e isto é relevante numa conjuntura e numa situação em que acabamos o ano com um saldo negativo de um ponto quatro milhões de euros. O senhor diz: "*…sim o ano passado acabámos com dois ponto quatro…"*, sim já acabámos muitos anos com cinco ponto três, cinco ponto quatro e cinco ponto cinco milhões de euros de prejuízo. É verdade, mas havia um investimento que consubstanciava esse prejuízo e neste momento não se vislumbra esse investimento. Este um ponto quatro milhões de euros, com este Orçamento, parece-me e

eventualmente se, se, tivesse concretizado algumas das questões que aqui falou no preâmbulo poderia ter sido reduzido, admito isso, mas é ainda demasiado elevado para aquilo que foi a concretização efetivamente de um Orçamento como inicialmente disse era minimalista.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais intervenções que eu não tenha registado?

Então vou devolver a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para tentar responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu começaria por destacar em primeiro lugar a qualidade do documento que temos oportunidade de analisar e que resulta de um esforço muito grande da parte dos nossos serviços e quanto mais conheço outros documentos, e outros hábitos, de outros municípios mais presto homenagem à forma como procuramos com um documento exemplar, de uma forma límpida e transparente, apresentar indicadores que eu, muito honestamente, esperava que em particular os Srs. Membros da Assembleia ligados à oposição pudessem dedicar-se à sua leitura e à sua escalpelização e não apenas, com alguma visão naturalmente parcial e distorcida, ler coisas que eu não consigo ler ou não valorizar aquilo que, efetivamente, tem que ser valorizado. Estranho até que o discurso de parte de alguns dos Srs. Membros da Assembleia não seja coincidente com o discurso da Vereação da oposição, mas percebo naturalmente alguma desconforto.

Agora é necessário fazermos aqui apelo à honestidade intelectual de todos. Eu desafio o Sr. Membro da Assembleia a ir à procura da ata, Sr. Membro José Carlos, para dizer onde é que eu disse que íamos receber menos IMI. Faça favor de procurar na ata, e então faça favor e traga-me no próximo dia porque o senhor é que tem que me comprovar isso.

Nós sempre dissemos que a verba que éramos forçados a colocar em Orçamento era, naturalmente, inferior à nossa estimativa. Está lá na ata, Sr. Membro da Assembleia, que eu fui lê-la. Vou-lhe ler os números. Nós previmos doze milhões, duzentos e trinta e seis mil euros, tome nota, inscrevemos onze milhões seiscentos e quarenta e três mil euros, porquê? Porque somos obrigados no âmbito… Eu também já sei aquilo que o senhor já sabe, porque eu também já o conheço. É que o senhor a mim não me desilude, eu posso desiludi-lo porque, de facto, posso estar a causar-lhe algum incómodo com a forma como estamos a gerir a Câmara. Não lhe dá jeito, mas o senhor a mim já não me desilude, não é, mas eu faço um apelo à sua honestidade intelectual porque o senhor costuma estudar bem os documentos ou pelo menos costumava.

Nós inscrevemos onze milhões, seiscentos e quarenta e três mil euros e expliquei porquê, porque éramos obrigados a fazer a média dos últimos vinte e quatro meses. Nós recebemos doze milhões, novecentos e quarenta e sete mil euros então dir-me-á: ah, os senhores ainda assim enganaram-se aqui em quase setecentos mil euros na vossa estimativa. Mas nós não nos enganámos Sr. Membro é que nós, efetivamente, recebemos menos. Sabe porque é que chegámos aos doze milhões, novecentos e quarenta e sete? Porque novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e nove vírgula cinquenta e três são verbas de IMI de dívidas à autarquia desde dois mil e quatro e, infelizmente, nós não temos acesso no portal da Autoridade Tributária que tinha obrigação de nos dar esta informação e outra muito mais escalpelizada, porque nós não sabemos se estamos a receber as taxas devidas, as importâncias devidas da Derrama. A gente não sabe, fazem para ali umas contas. Já agora dou-vos esta novidade, vamos ter de devolver quinhentos mil euros de Derrama. Já pedimos o esclarecimento, mas porquê? Quem é que se enganou? Nós não fomos, foram eles que se enganaram ou é alguma benesse aí para alguma grande empresa, não sei. Bom, isto para lhe dizer Sr. Membro confira os números e confira as minhas palavras. Isto é lisura e honestidade intelectual. Se tem dúvidas nos números consulte-os que estão no documento.

Previmos doze milhões, duzentos e trinta e seis disse eu aqui nesta Câmara à Assembleia, inscrevemos onze milhões, seiscentos e quarenta e três e expliquei o porquê, recebemos mais setecentos mil euros do que as nossas contas feitas pelos nossos serviços dos quais novecentos e oitenta e dois mil são verbas que

arrecadámos de anos anteriores. Oxalá continue assim, percebe? Não fizemos aqui artimanha nenhuma para dizer que por causa disto tivemos uma grande execução. Os números são os que são, porque eu digo-lhe se tivesse mais se calhar tinha lançado outras obras muito dispendiosas mais cedo, percebe?

Segunda questão o Orçamento previsto, Sr. José Manuel Silvério, não foi feito na expetativa em baixa. Foi feito com aqueles valores porque não podemos estimar mais somos obrigados por lei mas eu disse aos senhores tal como disse que para este ano o nosso Orçamento iria acima dos quarenta e quatro quarenta e cinco. Se nós inscrevermos já tudo na revisão pode ir aos quarenta e sete, vamos ver é se temos capacidade para executar tanta obra mas não é só capacidade da Câmara, é que nós precisamos que venha a outra parte dos fundos comunitários para podermos fazer muitas das intervenções de milhões que temos programadas. Se calhar era melhor era nós não termos capacidade financeira para assegurar isso que aí vem e isso certamente satisfaria a oposição.

Também fiquei a perceber por algumas intervenções que nada do que fizemos era necessário e era prioritário, fica à consideração dos munícipes que tiveram obra feita por alguns comentários que ouvi.

Sobre a Certificação Legal das Contas, eu quero recordar a V.Exas. que o trabalho do ROC é um trabalho que nos merece respeito, como merece aos senhores, mas quero dizer-vos também que o ROC não coloca questão nenhuma substancial e é uma opinião, algumas de natureza técnica nomeadamente a classificação da verba da ADREPAL. Já tivemos oportunidade de dizer isto, há ROC's que têm outra opinião e eu não vou contratar outro ROC para me fazer a opinião que eu quero, nós mantemos este portanto estou perfeitamente à vontade. Nós inscreveremos na outra rúbrica quando formos donos do património. Falo com outros até contabilistas e outros especialistas da área para perceber como esta questão é uma questão técnica.

Quanto às provisões a chamada de atenção do ROC era justa e nós fizemos as provisões que achámos que devemos fazer porque nós temos conhecimento do desenvolvimento dos processos, nós temos conhecimento da jurisprudência, percebe? Nós sabemos o que é que se passa com as contendas que temos com a GALP e com a EDP, sabemos do desenvolvimento do processo, pelo que não vale a pena a estar a afetar verbas de coisas que nós sabemos, felizmente, o desfecho vai ser favorável ao Município e aos munícipes.

Sobre as questões colocadas pela Sra. Membro da Assembleia Ilda Fino, ainda bem que conhece o rigor e a qualidade do documento. A prudência na estimativa da receita não é na estimativa da receita, é a prudência na elaboração dos documentos previsionais e a prudência na forma de preparar o futuro, isso eu assumo, assumo-a porque sabe que a melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação, e capacidade de trabalho, na execução perfeita do trabalho de hoje e que mais vale poupar no início que no fim, mas não aceito a ideia de prudência na expetativa em baixa porque isso já expliquei porquê. Nós não o fizemos dessa forma deliberada como os senhores dizem, nós fomos obrigados a fazer esta estimativa.

Depois, já agora, sobre as alterações, as alterações foram quase todas elas para poder fazer obras pelo valor efetivamente orçamentado para poder fazer mais. Aliás eu não posso afirmar que tenham sido todas, mas olhe que a esmagadora maioria foram aprovadas por unanimidade tal não era a justeza e a pertinência das alterações. Eu diria mais e há aqui um número que convém ver no Relatório, é que oitenta e nove por cento das propostas foram aprovadas por unanimidade em reunião de Câmara, Sr. Membro da Assembleia, e isto significa que há aqui a perceção mais fina de quem acompanha mais o corrente da Câmara no dia-a-dia que as opções que tivemos que fazer, que as alterações não foram para tapar buracos nem deslizes financeiros, foram para fazer mais obra, foram para aumentar apoios no social, no movimento associativo, elas estão lá devidamente documentadas e os senhores podem ter acesso a essa documentação. Não me revejo em expressões como falta de fiabilidade das contas por causa de duas notas desta natureza do ROC, acho que há aí qualquer exagero na expressão.

Depois, de facto, gostaria também de esclarecer o Sr. Membro da Assembleia José Carlos quando faz aí alusões às propostas do GAEPI (Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento), à promoção ambiental, etc., porque se quer discutir isso a sério nós vamos discutir aqui o resto da noite porque eu vou-lhe dizer o que é que foi feito, e o que é que não foi feito, e nós não estamos a falar do que não foi feito nós estamos a falar de execução orçamental Sr. Membro da Assembleia que é diferente da execução da atividade propriamente dita, ou o senhor acha que vem algum mal ao mundo de eu ter setenta e oito mil

euros para eventos e ações turísticas? Consigo fazer mais do que aquelas que estavam no Plano, porque fizemos mais, e gasto menos dinheiro. O senhor acha que isso é demérito? Pois eu acho que é mérito. É mérito porque conseguimos mecenas, e aliás com resultados mas isso os resultados os senhores têm dificuldade em reconhecê-los mas consultem os indicadores da Entidade Regional de Turismo, consultem, aconselho-vos e a ouvir os membros da Entidade Regional de Turismo quando visitam o nosso concelho, aquilo que eles dizem sobre o trabalho que fazemos nesta área. Eu creio que isto é sinónimo de boa gestão.

Depois também é verdade aquilo que eu disse e que o senhor parafraseou, é que, de facto, é uma visão redutora pensar que só investimos setenta e oito mil euros em Turismo. Eu dou-lhe só este exemplo, então e as pessoas que trabalham na área do turismo? Sabe que são elas que andam nos eventos e feiras a promover? Então e a verba que está na Comunicação que os senhores estão sempre muito preocupados se é para o boletim ou se é para propaganda? Não, a não ser que a gente deixe de fazer publicidade aos eventos nos jornais regionais, no canal Lisboa, na Evasões, na Visão, sabe é que é isso que traz mais pessoas e, portanto, o que eu lhe quero dizer é que o senhor citou aqui aspetos que estão no nosso Orçamento distribuídos por várias unidades orgânicas que fazem atividade-meio e trabalham para o mesmo fim.

No Turismo só para eventos, contratação de energia elétrica, baixadas, montagens de festas e outras, nós gastamos mais do que isto Sr. Membro da Assembleia, mas não está aqui mas eu já fiz ver aos serviços que quero que esteja assim como nas próximas propostas de apoio às festas A, B e C vai deixar de estar lá só o subsídio que estava dantes porque nós vamos transferir para as associações a responsabilidade de contratarem uma série de coisas que dantes estavam internalizadas na Câmara. Até por uma questão de transparência acho que os munícipes devem saber que afinal o Município não deu só quatro mil euros à festa, ou doze mil, ou vinte mil, deu o triplo e o quádruplo disso mas isso vai ter que à medida que fazemos essa contabilidade analítica ter outra expressão no Orçamento. O que eu quero chamar à atenção é que tenham em consideração que muitas das ações que aqui estão eu já lhe disse que muitas coisas conseguimos fazer por administração direta, até na promoção ambiental conseguimos fazer por administração direta, e aí está nos custos do pessoal, está nos materiais, nos bens não duradouros que são utilizados. Se eu faço o rearranjo paisagístico duma rotunda, se fizer uma empreitada gasto vinte mil euros sou um grande gestor porque fiz investimento mas se eu fizer o mesmo trabalho por administração direta comprando materiais e com pessoal por sete mil, não sou bom gestor? Também é preciso desmistificar alguns destes números.

Agora fala do GAEPI, o GAEPI é preciso conhecer quais são as suas funções, Sr. Membro da Assembleia, que estão na Estrutura Orgânica que aprovámos aqui, mas é sobretudo mediador. Sabe que o GAEPI traz investidores, leva-os a apresentar projetos ao Presidente da Câmara, leva-os ao Urbanismo para resolver os seus assuntos rapidamente, faz propostas, e depois o Urbanismo é que acaba na Divisão de Administração Urbanística por trazer como já veio aqui a esta Assembleia, e felizmente merecendo aprovação unânime, reduções de taxas, alterações de agilização de procedimentos, portanto o GAEPI tem funções.

Então o senhor já viu aqui propostas da DCL, da Divisão de Conservação e Logística? Olhe eu devo dizer-lhe que é uma Divisão das mais importantes na Câmara e não tem uma única proposta. Vai ter, se Deus quiser, porque vai lançar aí umas estradazitas que é para não ser tudo a DEPOP (Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas) senão estoira, mas a Conservação e Logística trabalha para toda a gente no concelho, toda a gente, não há evento que não tenha o apoio da Conservação e Logística e trabalha para nós, porque são eles que estão na rua a fazer a desmatação, com as máquinas e por aí fora. Há que ter aqui um bocadinho de atenção da forma como vimos estes números.

Dito isto, não houve outras questões de natureza muito substancial a não ser esta que eu faço questão que os números fiquem bem explicitados em ata. Gostava de dizer para terminar Sra. Presidente, é que creio que este balanço é transparente, revela maior capacidade de organização de concretização, seja na administração direta seja porque há aumento, de facto, de rácios que lamento desta vez não tenham falado nisso, talvez porque não ajudava muito a argumentar essa visão um bocadinho mais negativa deste desempenho mas eu vou recordar-lhe. Sabe o que é que é essencial, depois de um ano de adaptação e dificuldade, aqui ressalvar e que é indiscutível e inquestionável, porque está aí escrito e os dados comprovam? O peso das despesas correntes diminuiu, é que nós também fizemos um esforço de poupanças para redirecionar dinheiro para investimentos e para ações. É claro está aí e podem verificar.

Os bens de capital e investimento, apesar de obras que transitaram de ano, como o aceiro dos Arraiados, como a ciclovia de Aires, por problemas com a empresa e com o empreiteiro houve coisas que transitaram e que não puderam ser concretizadas financeiramente, ainda assim crescem dezasseis vírgula nove por cento.

Depois ninguém falou que com esta gestão e com estas opções, que parece que o senhores não concordam com elas, houve uma redução de dois milhões de euros de empréstimos, capital e de juros, ou seja o serviço de dívida diminui porque obviamente se temos receita nós honramos os nossos compromissos e pagamos. É tudo normal, até vai ser normal na véspera de eleições os senhores dizerem: pois os senhores agora têm receita fazem muita obra, também vai ser normal isso. Diminuição do passivo em dois vírgula três milhões de euros, mas o senhor depois pode votar contra os empréstimos que é a mesma coisa que dizer que vai votar contra as obras.

O aumento das disponibilidades leia a página duzentos e doze para perceber como é que nós fazemos esta gestão e as opções corretas e sérias sem propaganda. Proveitos operacionais cresceram um vírgula zero sete por cento e os custos operacionais também, um vírgula um, mas sabe para quê? Foi para constituir as provisões com as quais os senhores estavam preocupados no relatório do ROC.

Pagamentos nos termos da lei dos pagamentos em atraso, zero.

Transferências correntes e de capital para entidades, freguesias, associações e coletividades, ninguém falou. Sabe quanto é que foi? Tem um mapa também, dois milhões de euros quase está aí um mapa. As transferências para as Juntas de Freguesia aumentaram doze vírgula zero oito.

A capacidade de endividamento da autarquia, é que só pode ir a empréstimo quem tem capacidade de endividamento e, portanto, é preciso sanear as contas como nós temos estado a fazer nestes últimos três anos, porque começou no final do mandato anterior, e tem valido a pena este esforço. A capacidade de endividamento da autarquia aumentou, ou seja podemos ir buscar mais dinheiro à banca. Veja quantos estão na lista do país quantos municípios estão impedidos de o fazer.

Melhor desempenho dos indicadores que este ano não falaram, eficácia, eficiência, produtividade, acentuada melhoria, está lá no Relatório página duzentos e dezassete.

Esta Prestação de Contas revela consolidação, reequilíbrio financeiro, retoma de um ciclo de crescimento na atividade e no investimento, revela um território mais realizador, mérito não apenas das políticas municipais mas também da forma como os agentes do território têm trabalhado e gostam de trabalhar connosco e são parceiros decisivos, empenhados e sintonizados com o projeto de desenvolvimento sustentado do território e, portanto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores resta-me ainda acrescentar uma coisa. Os senhores agora enfatizaram muito as questões do ROC mas quero dizer-vos que nestes últimos anos as contas do Município passam sem qualquer reparo, sem qualquer pedido de esclarecimento, e reparem que eles gostam muito de vir cá a Palmela foram só seis ações inspetivas nos últimos quatro anos, sem qualquer mácula no Tribunal de Contas que continua a suscitar muitas dúvidas em muitos municípios do país. Esta também era uma informação que me orgulho, sobretudo pelo trabalho dos nossos técnicos que muitas das questões e das opções são partilhadas com os nossos técnicos, são eles que também nos ajudam a fazer bem.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia podemos passar à votação?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e nove abstenções (oito do PS e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Proposta de celebração de contrato de mutação dominial entre o Município de Palmela e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos agora ao último ponto da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente se quiser apresentar a proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Relativamente a esta proposta peço, Sra. Presidente, que ela seja integralmente reproduzida como se eu a tivesse lido na ata e estou disponível para as questões que entendam colocar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta, comentários, não? Está tudo? Podemos votar esta última proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte nove de abril de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete